



O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Declaro iniciada a 6ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir S.Exa. o Ministro de Estado de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dr. Dyogo Henrique de Oliveira, o qual já se encontra à mesa e prestará os esclarecimentos acerca da proposta da Lei Orçamentária para 2018, Projeto de Lei nº 20, de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018, conforme dispõe o art. 29 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Além do Ministro, encontra-se à mesa, o Dr. George Alberto de Aguiar Soares, Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

E também, ao meu lado esquerdo, sentará o Deputado Cacá Leão, Relator Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018.

Também estamos aguardando o Senador Ataídes Oliveira, Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018.

Para maior e melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante, como de praxe, a princípio, disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteadado se o mesmo assim o permitir.

Conforme estipulado também no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, como de costume, pelo prazo de 5 minutos, com a tolerância costumeira de mais 1 minuto, se for necessário, para concluir a sua pergunta, a sua interpelação.

E também há aquela questão da tréplica e da réplica, se for o caso, mas, sistematicamente, nós não temos usado essa premissa com frequência.

Eu informo preliminarmente que a lista de inscrição para o debate já se encontra aberta.

E, em seguida, passarei a palavra a S.Exa, o Ministro.

Antes, porém, gostaria de, ao iniciarmos nossa reunião de audiência pública, fazer um breve comunicado sobre a Mensagem Modificativa que o Governo enviou



ao Congresso Nacional no último dia 30, alterando o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018, anteriormente encaminhado ao Legislativo.

O Congresso Nacional aprovou, no dia 5 de setembro de 2017, a alteração da meta do resultado primário para o exercício de 2018, o que possibilitou a ampliação de 30 bilhões de despesas primárias no PLOA 2018 encaminhado ao Congresso Nacional no dia 31 de agosto. Além disso, o Governo anunciou medidas e proposições legislativas que alteram os números do Orçamento.

Em virtude dessas modificações, aguardava-se o encaminhamento pelo Governo da Mensagem Modificativa do PLOA 2018 para antes do prazo de apresentação de emendas fixadas para o período de 1º a 20 de outubro, o que efetivamente não aconteceu. Apenas nesta segunda-feira, dia 30 de outubro, já encerrado o prazo regimental para apresentação de emendas, foi recebida a Mensagem Modificativa do PLOA 2018.

Os números mostram que as mudanças foram bastante significativas. Como a modificação da proposta ocorreu após o prazo final para apresentação das emendas, o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias, junto à Comissão Mista de Orçamento, entendeu, em reunião realizada no dia 30 de outubro, necessário facultar aos autores a possibilidade de promoverem ajustes nas suas emendas apresentadas, podendo inclusive incorporar aquelas já sugeridas na Comissão de Assuntos Econômicos — CAE.

Solicito a atenção dos senhores membros da Comissão para este dado, porque se trata da reabertura sobre as adequações das emendas parlamentares, aquelas que já foram feitas, em função da alteração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018, que foi alterada também. E, como foi alterada a proposta, é muito lógico que nós façamos a reabertura do prazo para também, se for o caso e se for necessário, readequarmos as respectivas emendas.

Como eu disse, não se trata, contudo, de abertura de prazo de emendas, pois esse prazo está fixado na resolução. O que se pretende é possibilitar a retificação e a correção de emendas apresentadas, estando legitimados a promover tais alterações apenas os autores que apresentaram emendas até o dia 20 de outubro de 2017, nos termos do art. 141 da Resolução nº 1, de 2006.



Nestes termos, aqueles que entenderem desnecessário efetuar os ajustes não necessitarão reapresentar as emendas. Por outro lado, se a opção for a de modificar as emendas, deverão ser cumpridos os mesmos requisitos exigidos para a apresentação das respectivas emendas. Nesse sentido, no caso de emenda coletiva, deverá ser apresentada a nova ata que reflita os ajustes solicitados.

Dessa forma, informo que a Secretaria da Comissão Mista de Orçamento fará a abertura do sistema de emendas para ajustes no período de 3 a 9 de novembro — é importante esta data. Repito: dessa forma, informo que a Secretaria da Comissão Mista de Orçamento fará a abertura do sistema de emendas para ajustes no período de 3 a 9 de novembro de 2017, até às 19 horas, devendo o cronograma ser atualizado nos termos do atendimento do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na Comissão — CRLP, para que se possa concluir tempestivamente a apreciação do PLOA 2018.

Não havendo dúvida quanto à cabal e determinada definição, passaremos agora à nossa audiência pública, que tem a honra de receber aqui o Ministro de Estado de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dr. Dyogo Henrique de Oliveira, a quem concedo a palavra para iniciarmos os nossos trabalhos.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Presidente Dário Berger, muito obrigado pela oportunidade, pelo convite.

Gostaria de cumprimentar os membros da Mesa, o Deputado Cacá Leão, Relator-Geral do Orçamento 2018; o meu colega George Soares, Secretário do Orçamento Federal. E gostaria de cumprimentar todos os Parlamentares presentes, as senhoras e os senhores, e também todos os presentes na galeria.

É sempre uma satisfação enorme participar da audiência na CMO, porque é também oportunidade para nós refletirmos um pouco sobre o Orçamento Federal e a aplicação dos recursos da população, que são carreados através dos impostos e distribuídos nos diversos órgãos do Governo Federal.

Antes de entrar propriamente no detalhamento do Orçamento, eu acho conveniente também fazer uma breve análise da situação econômica que nós estamos vivendo, tão logo consigam aqui fazer funcionar o computador. *(Riso.)*
(Pausa.)

Eu vou falando enquanto vocês tentam consertar.



Bom, de início, é importante salientar que o Governo Federal vem implementando uma estratégia de política econômica muito clara, muito bem determinada, baseada em quatro elementos principais. O primeiro é o restabelecimento da credibilidade, da política econômica, da transparência, da confiança dos números, através de reformas estruturantes. E assim nós implementamos um conjunto já amplo de reformas nesses últimos 16 ou 17 meses, que ajudaram a recompor o funcionamento da economia brasileira.

Além das reformas estruturantes, temos implementado uma ampla agenda de aperfeiçoamento do marco regulatório nos mais diversos setores. A reforma mais importante nisso foi a mudança do marco regulatório do pré-sal, que inclusive trouxe para esse último leilão uma concorrência muito forte pelas áreas de petróleo no Brasil. Nós chegamos a ter áreas em que o lance das empresas deu 80% do óleo produzido para o Governo, além do pagamento do bônus de assinatura do último leilão.

(Segue-se exibição de imagens.)

Como é que se fez isso? Simplesmente abrindo a competição para todas as empresas, tirando aquele monopólio que havia na PETROBRAS.

Vários outros setores... Ontem mesmo na Câmara foi lido o conjunto das medidas provisórias que tratam do marco regulatório do setor de mineração. E assim temos feito em várias áreas, trazendo maior competitividade, trazendo mais produtividade para a economia brasileira.

Na área da gestão pública, nós implementamos também uma ampla agenda de redução dos gastos, revisão da despesa pública, controle dos benefícios que são concedidos, verificação, redução de fraudes, todo um processo que tem resultado em economias relevantes para a população.

E temos implementado uma ampla agenda de concessões para viabilizar a retomada do investimento na área da infraestrutura, uma vez sabidamente tanto o Governo Federal quanto os Governos Estaduais e Municipais terão dificuldades, nos próximos anos, em elevar o seu nível de investimento em infraestrutura. Então, a saída é exatamente nós reforçarmos a participação do setor privado, tanto na implementação, na operação, quanto no financiamento dos projetos de infraestrutura.



E assim também aprovamos recentemente a mudança da Taxa de Juros de Longo Prazo — TJLP, que vai exatamente permitir que o setor privado financie os projetos de infraestrutura, permitindo uma alocação mais eficiente dos recursos do BNDES.

Temos atuado também com diversas medidas para melhorar o ambiente de negócios no Brasil, tentando trazer mais confiança, mais segurança jurídica, desburocratizando. O Ministério da Agricultura, por exemplo, fez um conjunto de mais de 150 medidas de desburocratização, incluída a área de comércio exterior, na qual eu acho que 50 medidas de simplificação do processo foram adotadas. E estamos trabalhando no Governo com o foco de facilitar abertura e fechamento de empresas no Brasil, além de uma série de outras medidas de redução da burocracia.

Essas são ações concretas que já foram realizadas e que resultam no dado do PIB: depois de 2 anos de profunda crise, quando nós chegamos a quase 5% de queda do PIB no segundo trimestre de 2016, nós tivemos, neste ano já, 2 trimestres consecutivos de crescimento. E, com certeza, teremos até o final do ano a continuidade desse processo, fechando o ano com a estimativa do mercado de 0,7%. Nós ainda estamos trabalhando com 0,5%, mas a projeção do mercado é de que o PIB cresça pelo menos 0,7% este ano, com tendência crescente para os anos subsequentes. O mercado já trabalha com uma projeção de 2,5% para 2018, embora nós tenhamos mantido a nossa projeção de 2%, estritamente a título de realizar projeções mais confiáveis para o Orçamento.

Esse processo de ajustamento da economia brasileira permitiu a queda da inflação, que é o maior mal que assola a renda do trabalhador. A queda da inflação aumenta o poder aquisitivo das famílias e, portanto, permite o aumento do consumo. E é o que nós já estamos percebendo hoje.

Matéria do *Jornal Hoje* dizia que o comércio espera que este seja o melhor Natal dos últimos 3 anos, porque a renda real do trabalhador está aumentando.

Com a queda da inflação e a redução das taxas básicas de juros, a taxa real de juros também vai caindo. Nós chegamos a ter uma taxa real de juros de quase 9% ao ano e já estamos indo para 3% ao ano de taxa de juro real projetada para frente. Na verdade, aqui, eu falo do juro que você pagaria se você tomasse um empréstimo hoje, o chamado juro real *ex ante*, que você pagaria para a frente.



Esse ambiente de melhora da renda, queda da inflação, redução das taxas básicas de juros cria também um ambiente de melhora das condições de crédito para as famílias. Então, nós que vínhamos tendo continuamente a queda do crédito para as famílias, começamos a ver o aumento da disponibilidade do crédito, porque as famílias estão menos endividadas, foram reduzindo o endividamento ao longo desses anos. A inadimplência está caindo consideravelmente. Há uma matéria de hoje também muito interessante: o Bradesco diz que a projeção deles é de que o próximo ano seja o melhor ano da história em termos de inadimplência. Então, esses são sinais claros de que as condições de renda e de crédito das famílias estão consideravelmente melhores do que nos anos passados.

Isso resulta no aumento do consumo, que começa a impactar, portanto, a indústria. E a produção da indústria já vem crescendo, depois de anos a fio de queda da produção. Finalmente, este ano nós vamos ter crescimento da produção industrial. Ainda não há um número definitivo, mas deve ficar entre 2,5% e 3% o crescimento da produção industrial este ano, comparado ao do ano passado.

Isso resulta naquilo que nós sempre buscamos: a geração de emprego e renda. Então, esse conjunto de indicadores leva ao que nós estamos vendo no mercado de trabalho: do ponto de vista de geração de contratos de carteira assinada, um crescimento de 208 mil postos de trabalho este ano; a taxa de desemprego, que tinha chegado a 13,7%, caiu para 12,4%, na última medição.

Então, é uma melhora considerável do mercado de trabalho também.

Quando nós comparamos a situação do Brasil hoje com a situação que o Governo recebeu em 2016, os números falam por si, não é preciso muitos argumentos: a inflação caiu de 9,3% para 2,5%; a taxa de juros SELIC caiu de 14,25% para 7,5%; a produção industrial, que estava caindo 9,6% no acumulado até maio daquele ano, já está crescendo 1,6%, no acumulado até setembro deste ano e, como eu disse, a projeção até o final ano é de algo em torno de 2,5% a 3%; a produção de veículos, que estava em pouco mais de 2 milhões e 100 mil veículos, já está ultrapassando o número de 2 milhões e 500 mil veículos; a produção de grãos, de 184 milhões de toneladas foi para 242 milhões de toneladas; o valor das empresas brasileiras, medido pela BOVESPA, subiu de 57.900 pontos para 75.900 pontos, uma valorização fortíssima; o PIB, que tinha caído 1,6%, no primeiro



semestre de 2016, cresceu 0,9% no primeiro semestre de 2017; a nossa balança comercial, que tinha 39 bilhões de dólares de saldo, passou para 62 bilhões de saldo; o resultado do conjunto das transações do Brasil com o exterior, chamadas transações correntes, que tinha um déficit de 1,6% do PIB, caiu para 0,6%; e os investimentos diretos no Brasil subiram de 79 bilhões de dólares para 83 bilhões de dólares.

Portanto, os números falam por si. O Governo tem conseguido recuperar a atividade econômica, recuperar a economia através de um processo bastante consolidado e bastante claro e objetivo de condução de uma política econômica focada na reestruturação das bases para o crescimento da economia brasileira.

Resta-nos, entretanto, um grande desafio na área fiscal, que é o desafio de restabelecer a saúde nas contas públicas. Um dos primeiros elementos desse desafio é o enorme engessamento do orçamento e a alocação de um percentual extremamente elevado para pagamento da Previdência. Comparando a evolução dos últimos anos, nós tínhamos, em 2010, menos de 50% para pagamento da Previdência. Este ano, nós já vamos para 57% e, o ano que vem, na proposta orçamentária, para 57,2%.

O conjunto das despesas obrigatórias no orçamento saltou de 88%, em 2010, para quase 96% do orçamento em 2018. Isso deixa o Governo Federal e esta Comissão também de mãos quase atadas. O espaço que nós temos para efetivamente alocar recursos no Orçamento é tão pequeno que basicamente só dá para manter o funcionamento dos órgãos, o custeio e poucos recursos para investimento. O investimento, por exemplo, no que nós chamamos de PAC, para 2018, está previsto em apenas 26 bilhões de reais, aproximadamente 2% do Orçamento.

Então se vê claramente — eu sempre ressalto isso aqui em diversas outras circunstâncias — que o nosso Orçamento está com uma distribuição, com uma composição muito equivocada e muito diferente daquilo que deveriam ser as prioridades do País. Para alterar isso nós teremos que enfrentar reformas dos diversos programas públicos do Governo, as quais têm sido feitas através de reavaliação dos gastos, reavaliação das características dos mais variados programas do Governo, da redução do custo de funcionamento da máquina, como



nós fizemos com corte de cargos, com redução de Ministério, com transformação de cargo de livre provimento em cargos exclusivos para servidores qualificados e concursados, mas essa alteração passa claramente pela reforma da Previdência.

Se nós pudéssemos tirar uma foto do Orçamento, a foto seria mais ou menos essa que está aparecendo na tela.

Esse é um gráfico do tipo pizza. A maior parte da pizza é esse pedaço azul, o conjunto das despesas previdenciárias. A parte de pessoal ativo conta com 12%; as demais obrigatórias com 8%, e aí temos a distribuição do que resta nessas outras áreas.

Então, saúde, educação e PAC estão com espaços reduzidos, porque essa grande massa azul, que é o conjunto das despesas previdenciárias, está espremendo todo o restante do Orçamento e não deixa recurso para as outras áreas.

A Previdência é a maior despesa do Orçamento e quando a gente olha só o regime geral, a gente vê que há uma continuidade do processo de deterioração das contas da Previdência. O déficit para este ano é estimado em 184 bilhões de reais, crescendo, no ano que vem, para 192, 8 bilhões de reais.

Os parâmetros que nós utilizamos nesta Mensagem Modificativa foram revisados em relação àquilo que estava presente no projeto original. Basicamente, no caso do IPCA, as projeções para 2017 foram alteradas de 3,7% para 3,5%. As projeções para 2018 não foram alteradas, mantiveram-se em 4,2%.

O INPC, que é o índice utilizado para correção do salário mínimo, caiu de 3,5%, na projeção original para 2017, para 3,1%.

Aqui eu preciso fazer uma explicação para que não haja divulgação de informações erradas. Nós não estamos fixando o salário mínimo. Neste momento da proposta orçamentária, o que nós fazemos é uma projeção, porque o salário mínimo impacta a proposta orçamentária, impacta as despesas da Previdência e impacta as despesas do Benefício de Prestação Continuada — BPC também. Para isso, nós precisamos fazer essa projeção.

O salário mínimo é definido em lei. Existe uma lei que define a regra do salário mínimo. Segundo essa lei, o salário mínimo será corrigido pela inflação deste ano mais a taxa de crescimento do PIB no ano passado. Como a taxa de



crescimento do PIB foi negativa no ano passado, ele conta zero. Portanto, para 2018, o salário mínimo será definido apenas pela inflação de 2017, que nós só conheceremos em dezembro. Neste momento, nós ainda não temos o número efetivo, temos que aguardar até dezembro.

Essa projeção, então, compõe a peça orçamentária, mas não pode ser considerada como um valor definitivo, nem pode ser considerado que o Governo esteja reduzindo ou aumentando. Essas são projeções que vão sendo atualizadas ao longo do ano. O que de fato está acontecendo é que a inflação está caindo. E, havendo inflação menor, naturalmente haverá uma correção do salário mínimo correspondente.

A projeção de PIB não foi alterada — nós mantivemos o crescimento de 0,5% para este ano e 2% para o ano que vem. A projeção de taxa de câmbio também foi alterada, passando de 3,25 para 3,18 neste ano e de 3,38 para 3,29 em 2018.

A taxa SELIC, que é uma estimativa de mercado que nós usamos, passa de 8,25% em 2017 para 7,3% — explico que se trata da SELIC média — e de 8% para 7,25% em 2018.

Para a massa salarial, nós estamos estimando um crescimento maior agora do que o da proposta original. Para 2017, o crescimento da massa salarial passa de 4% para 4,7%, e, para 2018, o crescimento da massa salarial passa de 5,7% para 6%. Esse número é importante porque significa realmente que o mercado de trabalho está forte, está se recuperando de uma maneira muito relevante e considerável.

As metas utilizadas nessa proposta são aquelas que foram aprovadas, como já mencionou o Presidente em setembro, ou seja, uma meta para 2018 de 159 bilhões de reais de déficit para o Governo Central; de 3,5 bilhões de reais de déficit para as Estatais Federais; e de 1,2 bilhões de reais de superávit para os Estados e Municípios. Para 2019 e 2020, não houve alterações entre o que havia sido enviado anteriormente, ficando mantidos para o Governo Central 139 bilhões de reais em 2019 e 65 bilhões de reais de déficit em 2020. Para as Estatais, houve manutenção do déficit de 3,5 bilhões de reais em todos os anos. Para os Estados e Municípios, houve um crescimento do superávit para 4,7 bilhões de reais em 2019 e 16,6 bilhões de reais em 2020.



Do ponto de vista da composição da peça orçamentária, nós tivemos um crescimento da receita e também um crescimento da despesa, resultado das medidas de aumento do Imposto de Renda sobre os fundos exclusivos, aqueles fundos fechados que são utilizados principalmente para a gestão de patrimônios elevados, e da alteração no reajuste dos servidores, que estava previsto para 2018 e que foi então adiado para 2019. Além disso, houve alteração da meta e alteração sobre a contribuição previdenciária dos servidores que ganham mais de 5 mil reais por mês, servidores que têm uma remuneração um pouco mais elevada.

Com essas medidas e com a atualização dos parâmetros e das estimativas, houve, portanto, um aumento da receita líquida da União no valor de 14,5 bilhões de reais. Houve um aumento da meta de 30 bilhões de reais. Portanto, a despesa total aumentou 44,5 bilhões de reais, sendo que a despesa com pessoal caiu 4,4 bilhões de reais, por conta do adiamento do reajuste, e os benefícios previdenciários caíram 1,9 bilhões de reais em relação à proposta anterior — esclareço que esses dados sempre se referem à proposta original. Essa redução se deveu basicamente à alteração da estimativa de salário mínimo, o que permitirá, portanto, um crescimento das despesas discricionárias no valor de 47 bilhões de reais em relação à proposta original. Isso resultará numa despesa discricionária de 112,6 bilhões de reais, quase 5,5 bilhões de reais menor do que a que estava prevista para 2017, reforçando, mais uma vez, aquela dificuldade de que falei: o crescimento das despesas obrigatórias vai comprimindo o espaço das despesas discricionárias.

Do ponto de vista dessas alterações que mencionei, os principais elementos que afetam essas alterações estão descritos nesta página: os fundos de investimento fechado, que já mencionei; a alíquota da Previdência; o projeto de reoneração da folha de pagamento, que está em tramitação; as receitas de concessão — houve uma alteração relevante, que foi a exclusão do Aeroporto de Congonhas, compensada pela reestimativa da receita com a privatização da ELETROBRAS —; e a atualização dos parâmetros, como eu já havia mencionado. Do lado da despesa, há a postergação do aumento, a inclusão de recursos para o ressarcimento da Lei Kandir, a Previdência, que eu já mencionei. A desoneração da folha impacta na redução também do ressarcimento ao RGPS, e há a atualização



dos parâmetros, portanto, resultando nesse aumento de 47 bilhões de reais na despesa discricionária.

Este ano, pela primeira vez, o PLOA está sendo enviado já sob o regime do teto dos gastos. Então, é importante mencionar que o teto dos gastos para 2017 está estabelecido em 1 trilhão, 308 bilhões de reais e será reajustado em 3% para 2018. Pela regra do teto dos gastos, calcula-se a inflação até junho do ano e aplica para o Orçamento do ano seguinte. Por que junho? Porque a proposta orçamentária tem que ser enviada em agosto e, até junho, temos o número efetivamente transcorrido.

Então, com isso, o teto dos gastos para 2018 será de 1 trilhão, 347 bilhões de reais. Portanto, haverá um crescimento de 39 bilhões de reais no teto dos gastos. Se voltarmos um pouquinho à página daquela tabela mais detalhada, nós poderemos observar que, comparando 2017 com 2018, apenas a despesa com a Previdência sobe 36 bilhões de reais. Então, para deixar mais uma vez evidente a criticidade desse elemento, só o crescimento da Previdência consumiu praticamente todo o espaço de crescimento do teto dos gastos, deixando praticamente nada para as outras despesas.

Bom, detalhando aqui a formação do teto dos gastos, apenas para conferência dos valores, há um conjunto de despesas que são excluídas do teto dos gastos, mas que compõem a peça orçamentária. Então, do total da despesa primária de 1 trilhão e 600 bilhões de reais, 268 bilhões de reais não entram no teto dos gastos porque são as transferências de repartição de receita do FPE, do FPM, etc.; o Fundo Constitucional do Distrito Federal, que é de 13 bilhões de reais; a realização das eleições, 1 bilhão de reais; o complemento do FUNDEB, 14 bilhões de reais; e o aumento de capital de empresas estatais, 4 bilhões e 600 milhões de reais. Portanto, essas despesas totalizam 1 trilhão, 332 bilhões de reais, ficando 170 milhões de reais abaixo do teto dos gastos previsto para 2018.

Quando observamos o detalhamento por Poder, vemos que há uma autorização na emenda constitucional de que haja, durante os primeiros três anos, a compensação dos demais Poderes pela União. Esse limite de compensação seria de 3,2 bilhões de reais, mas os Poderes estão utilizando apenas 2,1 bilhões de reais.



É importante observar que, com as projeções para 2018, nós teremos uma continuidade do processo de redução das receitas do Governo Federal em relação ao PIB. Esse é um processo que tem estado presente desde 2010, quando chegamos a ter 23,7% do PIB de receita. E, para 2018, nós estamos com uma projeção de receita de 20,4% do PIB, portanto, dois pontos percentuais abaixo da média histórica. Esse é um problema também que nós deveremos enfrentar no futuro próximo, inclusive através da reforma tributária.

Quando nós desagregamos apenas as receitas administradas, que, na verdade, são os impostos e as contribuições, nós vemos que há continuidade desse processo. Mas, na mensagem modificativa, nós pelo menos já tivemos a estabilização. Então, nós estamos projetando para 2018, em percentual do PIB, praticamente o mesmo montante de receita administrada que o previsto para 2017.

Bom, do lado das despesas, a proposta orçamentária para 2018 também prevê uma contenção do processo que nós tínhamos nos últimos anos de crescimento indeterminado e indefinido. Então, nós teremos em 2018 uma despesa projetada de 19,2% do PIB, o que será 0,4 ponto percentual abaixo do previsto para 2017. Isso vai exatamente no sentido da consolidação da solidificação das contas públicas que nós necessitamos fazer.

O que ainda preocupa, como eu já mencionei, é o crescimento continuado das despesas obrigatórias e a redução das despesas discricionárias. Quando nós abrimos aqui, nós percebemos que as despesas obrigatórias continuam no nível de 15,8% do PIB, e o ajuste que eu mencionei está sendo feito exatamente nas despesas discricionárias, que estão caindo de 3,7% do PIB este ano para 3,5% do PIB no próximo ano.

Em valores nominais, com relação ao conjunto das despesas discricionárias, neste gráfico, nós vemos que ele vai passar de 245 bilhões de reais este ano para 250 bilhões de reais no próximo ano.

Acho que já falei sobre estes gráficos do déficit da Previdência. Estão repetidos.

Com essas projeções, nós teremos continuidade do crescimento da dívida pública, que já está em mais de 75% do PIB este ano. Só para lembrar, era uma dívida de 51,5% do PIB em 2013, passou para 75% do PIB este ano e, com as



projeções previstas no projeto de lei de orçamento deste ano, nós teremos essa dívida superando os 80% do PIB em 2019, mas numa trajetória mais suave do que aquela que nós tivemos nos últimos anos. Com isso, nós já podemos assegurar para o mercado, para os investidores, para os compradores de títulos da dívida pública brasileira, que, com essas ações que nós temos tomado, com as reformas que nós temos defendido, é possível conter a dívida pública, ainda que num patamar elevado de mais de 80% do PIB.

De toda sorte, isso já é também um resultado muito positivo porque, em determinado momento, Presidente, nós sequer poderíamos assegurar que a dívida pública estivesse controlada. Com as ações todas que nós temos feito, hoje nós temos a condição de dizer que o cenário básico das contas públicas brasileiras é de estabilização da dívida pública, a partir de 2020.

Assim também a dívida líquida teve crescimento: passou de 30% do PIB em 2013 para 52% do PIB este ano e se aproximará de 60% do PIB até 2020, mas também com uma trajetória suavizada e sinalizando um processo de estabilização da dívida.

Essas são, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, as informações iniciais que eu gostaria de trazer. Fico à disposição para o debate e para os questionamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Apresentamos nossos agradecimentos ao Ministro Dyogo.

Passamos agora, então, ao debate propriamente dito.

A lista de inscrições já está posta. Já temos inscritos os Deputados Marcus Pestana e Edio Lopes. Agora me pedem inscrição os Deputados Domingos Sávio e Júlio.

Eu vou inscrevê-los em seguida, mas, como de praxe, como costumeiramente nós adotamos esse princípio, o Relator-Geral tem precedência sobre os demais inscritos.

Com muito prazer, concedo a palavra ao Deputado Cacá Leão, Relator-Geral do Orçamento de 2018.



O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Presidente Dário Berger; querido Senador Ataídes Oliveira, Relator da Receita; Ministro Dyogo Oliveira; Sr. George, da SOF, companheiro de trabalho nestes últimos dias; Sras. e Srs. Senadores; Sras. e Srs. Deputados, todo o corpo de servidores que se faz presente nesta Comissão, todo o corpo técnico da Câmara e do Senado na Comissão Mista de Orçamento, Sr. Líder do Governo no Congresso, Deputado Andre Moura e senhores da imprensa, sintam-se todos cumprimentados.

Ministro Dyogo, eu não posso iniciar as minhas palavras sem falar de dois pontos nevrálgicos para o andamento dos trabalhos desta Comissão.

O primeiro é referente aos vetos feitos pelo Governo na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Depois de muito tempo, nós conseguimos aprovar a LDO dentro do prazo, com um brilhante relatório do Deputado Marcus Pestana, que inclusive realizou seu trabalho muito mais se baseando na responsabilidade fiscal do que buscando jogar para a plateia ou qualquer outra situação. E aconteceram vetos que acabaram criando constrangimentos para o andamento dos trabalhos desta Comissão, porque as partes vetadas fizeram parte do texto acordado para aprovação no prazo regimental, conforme eu disse anteriormente, depois de muito tempo que isso não acontecia.

O segundo é quanto ao atraso da mensagem modificativa. Nós recebemos uma proposta de orçamento no dia 31 de agosto de 2017 e passamos praticamente 2 meses, até a segunda-feira, dia 30 de outubro, discutindo números que não existiam, coisas referentes, por exemplo — aí eu não posso deixar de citar — à assistência social e a outros tantos pontos que foram debatidos e discutidos aqui. E hoje nós vivemos algumas dificuldades.

Mas, graças a Deus, chegou a mensagem modificativa! Ela foi prometida para algumas sextas-feiras e, por ironia do destino, chegou numa segunda-feira. Mas chegou.

Este é o primeiro orçamento baseado na Emenda Constitucional 95. Eu costumo dizer por aí que se o Brasil tivesse tido responsabilidade fiscal no passado e se houvesse uma projeção de responsabilidade fiscal para o futuro, essa Emenda Constitucional não teria tido necessidade de existir.



Muito pior do que um arrocho orçamentário são os contingenciamentos que aconteceram ao longo do ano. Para o arrocho você se prepara, mas o contingenciamento chega de surpresa e coloca em maus lençóis, de saia justa, os órgãos do Governo e o andamento de diversas prioridades que foram alocadas no Orçamento do ano que está em curso.

Esta eu acho que é a nossa maior missão aqui nesta Comissão: trazer para a realidade fiscal do Brasil um orçamento que realmente condiga com a realidade e faça com que esses contingenciamentos não aconteçam.

Os números, graças a Deus, são positivos. O Governo é até mais comedido do que o mercado, nas expectativas que projeta para 2018. O Governo estima crescimento do PIB de 2%, enquanto o mercado já trabalha com uma taxa real de 2,5%. Então, eu acho que nós poderemos ter surpresas ainda mais positivas para o ano de 2018. Esperamos que realmente essa grande locomotiva que é o nosso País engrene de verdade e retome os rumos e os caminhos do crescimento.

Ministro, preparei aqui algumas perguntas para fazer a V.Exa. Queria que V.Exa. se debruçasse mais sobre alguns temas, inclusive muitos dos que já foram falados.

Quanto à questão do salário mínimo, V.Exa. já foi bastante claro. Eu não sinto nem a necessidade de tocar novamente nesse assunto. Nós temos sofrido diversos ataques, o Governo tem sofrido diversos ataques, e o que eu tenho dito é exatamente o que V.Exa. expôs para nós na sua apresentação, ou seja, que a projeção é baseada numa lei aprovada pelo Congresso Nacional. Então, os Deputados que vão à tribuna reclamar deveriam, ao contrário, trabalhar para modificar a lei.

Pelos números que nós temos para 2018, em 2019 o salário mínimo vai dar salto, porque nós teremos crescimento positivo e há uma projeção de aumento da taxa de inflação. Então, haverá essa compensação.

Mas, mesmo assim, os números da economia já nos favorecem. Nós já falamos, hoje, sobre a criação de quase 1 milhão de empregos, incluindo os informais, no ano de 2017. A tendência é que esse crescimento aumente ainda mais no ano de 2018. Há também uma previsão apresentada pelo comércio de termos o melhor Natal dos últimos anos. Isso já é um sinal eloquente de que a nossa



economia está realmente melhorando, está se ativando e que o Brasil está começando a andar.

Ministro, nos últimos 5 anos, tem se observado o crescimento da participação das despesas primárias obrigatórias e das despesas financeiras do Governo Federal. Para 2018, restam apenas 5,8% do orçamento para as despesas discricionárias, o que demonstra que o orçamento tem ficado cada vez mais engessado. Considerando a vigência do novo regime fiscal, que estabeleceu o teto para despesas primárias e que várias despesas obrigatórias crescem, percentualmente, acima da correção do teto de despesas, a tendência é que haja cada vez menos espaço para despesas discricionárias no orçamento federal. Mesmo nos casos das despesas discricionárias, não há tanta flexibilidade, pois os cortes podem comprometer o funcionamento dos órgãos. Essa situação é preocupante, pois deixa pouca margem não só para o Governo, mas também para o Congresso definir sobre a alocação dos recursos.

Dessa forma, pergunto a V.Exa. quais são as medidas a curto prazo que já estão sendo tomadas para tornar o orçamento federal mais flexível. Gostaria que V.Exa. detalhasse um pouco mais além do que foi feito na sua apresentação.

Há outro ponto ainda no contexto da rigidez orçamentária. Gostaria de expressar a dificuldade que teremos na apreciação da peça orçamentária para 2018, dada a programação de despesas até o teto de gastos pelo Poder Executivo. Enquanto, inicialmente, tínhamos uma folga de 42 bilhões de reais para alocação em despesas, agora temos uma folga de apenas 170 milhões de reais. Em outras palavras, para que possamos atender as emendas apresentadas, teremos que efetuar cortes no orçamento encaminhado, o que sempre traz muitas dificuldades ao Congresso. Nesse sentido, questiono quais fontes de recursos para atendimento das emendas V.Exa. indicaria para os cortes.

Destaco que mesmo essa pequena folga já está comprometida com o atendimento do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. A respeito dessa parcela, ficou acordado, durante a tramitação do projeto que criou esse Fundo, que o valor da redução da renúncia fiscal com a propaganda partidária seria destinada ao Fundo. Apesar disso, o Governo não encaminhou o valor correspondente a essa parcela na mensagem modificativa.



Diante disso, pergunto: por que o Governo não alocou no Fundo as despesas relativas à redução da renúncia fiscal com a propaganda partidária?

Tratando da questão dos investimentos públicos, observaram-se, em anos recentes, quedas acentuadas nos investimentos na economia brasileira, em especial nos investimentos públicos. No âmbito da União, por exemplo, os investimentos totais executados — pagamentos, incluídos os restos a pagar —, após alcançar 3,02% do PIB em 2010, foram reduzidos para apenas 1,81% do PIB ao final de 2016.

No PLOA encaminhado no dia 31 de agosto estão previstos 78,5 bilhões de reais, o que corresponde a 1,1% do PIB. A maior parte, contudo, diz respeito a investimentos das estatais — 68,8 bilhões de reais. Excluída essa parcela, verifica-se que nos orçamentos fiscal e da seguridade constavam apenas 9,7 bilhões de reais para investimentos, contra 39,2 bilhões de reais constantes do PLOA 2017. A diferença é enorme: são 29,6 bilhões de reais a menos de investimentos.

Mesmo após a retificação do orçamento efetivada por meio da mensagem modificativa, os valores de investimentos estão aquém do que o nosso País necessita. Estão programados 29,7 bilhões de reais de investimentos nos orçamentos fiscal e da seguridade, ou seja, 9,5 bilhões de reais a menos que o PLOA 2017. Nesse contexto, pergunto: 1. Diante da escassez de recursos, quais foram os critérios utilizados para a priorização dos investimentos? 2. Quais empreendimentos ficaram prejudicados? 3. Por fim, como podemos reverter essa situação para incrementar os investimentos da economia brasileira?

Outro ponto citado aqui e que nós até já discutimos numa reunião, ontem, foi a alocação de 50% das emendas de bancada, que se tornariam impositivas para os gastos na saúde.

Como já discutimos, isso não fez parte da LDO, e, em reunião com os Líderes do Governo na Câmara, no Congresso e no Senado Federal, essa mensagem foi excluída. Já havia sido feita essa discussão durante a análise da mensagem enviada no dia 31 de agosto, e não houve essa correção na mensagem modificativa.

Por fim, a LDO 2018 fixa prazo de 15 dias para envio das informações complementares ao PLOA 2018. As informações que temos hoje no Congresso têm por base o orçamento encaminhado no dia 31 de agosto. Contudo, a peça



orçamentária foi bastante modificada pela mensagem modificativa encaminhada nessa segunda-feira, dia 30 de outubro, tornando necessária a atualização dessas informações complementares. Dessa forma, pergunto: quando o Poder Executivo deverá encaminhar a atualização das informações complementares?

Agradeço, mais uma vez, a atenção. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos estabelecer ou reafirmar o entendimento sistemático desta Comissão. É o que proponho a V.Exas. Vamos continuar da mesma forma que sempre adotamos: ouviremos três Parlamentares, depois o Ministro responde aos três, e assim sucessivamente, dentro daqueles prazos que são conhecidos pelos membros da Comissão.

Embora o Relator-Geral do Orçamento, o Deputado Cacá Leão, tenha feito uma grande, decisiva e concreta exposição, com várias perguntas, eu consulto V.Exas. sobre se eu devo ouvir também o Relator Setorial da Receita, o meu distinto amigo e colega Senador Ataídes Oliveira, para depois, então, o Ministro responder. Em seguida, nós começaremos a inquirição por parte dos Parlamentares inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Eu agradeço, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o nosso Relator, o Deputado Cacá Leão; o nosso Presidente e amigo Dário Berger; o Ministro Dyogo, que sempre nos tem atendido com muita presteza, até mesmo nos fins de semana, quando eu ligo.

Eu tenho dito a V.Exa., Ministro — e agora eu quero fazê-lo em público —, que a equipe econômica do Presidente Michel Temer é uma das melhores que o nosso País já teve. Eu digo isso tranquilamente. A prova do que eu digo é que, mesmo diante desse *tsunami* que nós estamos vivendo, diante dessa crise política e até ética e moral, V.Exas. da equipe econômica conseguiram, com muita competência, equilíbrio e sabedoria, desvincular toda essa crise da área econômica, haja vista o crescimento do nosso País, com a conseqüente retomada da criação de empregos. Portanto, eu quero, neste momento, parabenizar V.Exa. pelo brilhante e competente trabalho que tem desempenhado.

Ministro, eu tenho muitas dúvidas.

Eu quero parabenizar também o Relator da LDO, o competente economista e querido amigo Deputado Marcus Pestana. Vejam onde foi cair essa relatoria, no



exercício de 2017: na mão desse competente colega. É uma pena que esse Deputado, que é extremamente competente, tenha sido vencido pela articulação do poderoso Sistema S. (*Risos.*)

Eu também, Ministro, julgo-me, até certo ponto, competente para relatar a Receita, uma vez que a minha formação acadêmica é nas áreas de Contabilidade e Direito Tributário. Além disso, há 30 anos, administro empresas. Então, eu me sinto também, com toda modéstia, competente para relatar este projeto tão importante e desempenhar essa tarefa que nos foi dada pelo Presidente Dário Berger.

Ministro, é uma pena que essa mensagem modificativa tenha ocorrido um pouco tardiamente. Nós aqui temos um prazo a cumprir, e isso atrapalhou, evidentemente, o nosso trabalho.

O fato de eu estar presidindo a CPMI da JBS tem me tomado muito tempo e tenho falhado muito aqui com a Comissão Mista de Orçamento deste ano — peço, inclusive, as minhas escusas ao Presidente e ao Relator-Geral —, mas nós ainda temos tempo.

Eu participei de uma reunião muito rápida hoje com a equipe técnica que assessora esta Comissão, a equipe da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira — CONOF, que, é bom que se diga, é muito competente.

Eu tenho muitas perguntas, mas já vou pedir a V.Exa. que me receba na semana que vem, se possível, em seu gabinete, para que nós possamos, então, adiantar um pouco mais esse debate.

Ministro, eu, que sou otimista por natureza, vejo *a priori* — e digo *a priori* porque só agora nós recebemos essa mensagem definitiva — que a equipe econômica continua sendo um pouco conservadora para o exercício de 2018.

Essa amostra que os senhores já nos deram, neste ano de 2017, do crescimento da nossa economia e da retomada da criação de empregos, já me leva a imaginar, otimista que sou, que nós teremos crescimento significativo em 2018.

Eu percebi rapidamente que foi apresentada aqui uma estimativa de crescimento da receita em torno de 6% — se eu estiver errado, corrija-me, Ministro —, mas eu acredito que nós teremos um crescimento superior a esses 6%.

Hoje, inclusive, Ministro, conversei sobre essa nova meta de déficit fiscal de 159 bilhões de reais para 2018. Eu acredito que nós podemos ter um déficit abaixo



desse valor, desde que não haja uma catástrofe no curso de crescimento da economia, com retomada do emprego.

O nosso grande problema é a Previdência, e V.Exa. tem dito, de forma muito clara, inclusive na imprensa, que se este Congresso Nacional não se debruçar em cima da reforma da Previdência, o Brasil vai quebrar. Isso é fato e não dá mais para esconder.

A retomada do emprego vai aumentar a receita da Previdência Social, que é a grande vilã, é o grande dragão desse nosso déficit fiscal. Então, eu espero que com a queda na taxa de juros, que hoje está em 7,5%, Deputado Pestana...

Ainda acredito que o que eu disse na tribuna em fevereiro de 2017, que nós chegaríamos ao final do ano com a taxa SELIC na ordem de 6,5%, venha a acontecer. Eu espero que o Governo derrube mais 0,5 ponto percentual nas duas próximas reuniões do COPOM até dezembro, para fecharmos o ano com a SELIC em 6,5% e com isso pagar menos juros na dívida pública. Por outro lado, a inflação realmente está extremamente controlada, em 2,71%, e eu acredito que nós temos condições de chegar a 2,55% no final do ano. Diante desse quadro, Ministro, eu percebo que nós podemos ter um resultado superior a 6% de crescimento na receita para o exercício de 2018.

Mas eu quero deixar aqui outra pergunta, Ministro, para V.Exa. me responder, se puder. Trato disto preliminarmente, porque, repito, gostaria de ir ao seu gabinete para trocarmos muitas ideias.

Com essa decisão do Supremo Tribunal Federal de excluir o ICMS da base de cálculo da COFINS, nós podemos perder — e esse é o lado ruim da coisa —, mas, por outro lado, como experiente na área econômica, vindo da Contabilidade...

Então, Ministro, uma vez excluído o ICMS da base de cálculo da COFINS, nós podemos perder algo em torno de 40 bilhões de reais. E eu repito que é o correto. Não podemos tributar — e essa é uma afirmação minha, é um entendimento meu — um tributo. Então, nós vamos perder 40 bilhões de reais.

Eu gostaria de ouvir o que V.Exa. tem a dizer sobre essa possível perda de receita de 40 bilhões de reais.

Outra pergunta: essa emenda modificativa trouxe como novidade o aumento de dotação da capitalização de empresas da ordem de 1,45 bilhão de reais para



4,62 bilhões de reais, sendo que 1,65 bilhão de reais ficarão em reservas. Essa despesa não está subestimada em razão do teto, embora consuma espaço primário? Podemos ter mais informações sobre essa alteração?

Ministro, subvenções econômicas e subsídios devem cair muito pouco. Acredito que de 24,6 bilhões de reais, em 2017, cairão para 23,8 bilhões de reais em 2018, com a devolução de empréstimos do BNDES na ordem de 130 bilhões de reais. Não deveriam cair bem mais? Essa é a minha indagação *a priori*. Essa modificativa considerou a devolução dos 130 bilhões de reais do BNDES.

Há poucos minutos eu tive acesso a essa mensagem modificativa, Ministro. Mas, passando o olho aqui, como contador que fui há 30 anos, chamou-me a atenção o Quadro 4.1.

A primeira mensagem que nos foi enviada, dia 31 de agosto do corrente ano, previa uma receita de 3,536 trilhões de reais. Nesta, houve uma redução, e a receita foi para 3,5 trilhões de reais. O.k. Eu vou analisar com muito carinho. Mas uma coisa que me chama a atenção é a rubrica Outras Receitas de Capital, Ministro, porque a primeira mensagem veio com 242 bilhões de reais e agora caiu para 157 bilhões de reais, uma diferença de aproximadamente 85 bilhões de reais. Isso me chamou muito a atenção. Se V.Exa. puder já falar alguma coisa sobre essa rubrica, eu fico satisfeito, senão, nós podemos depois, na semana seguinte, conversar um pouco mais sobre esse assunto.

Pois bem, Ministro, eu gostaria, ao vivo e em cores, de poder agendar um encontro com V.Exa. num dia da próxima semana, por exemplo, segunda-feira à tarde. V.Exa. poderia receber-me à tarde? Digo isso porque o Ministro tem me recebido aos domingos e aos sábados. Podemos marcar um encontro em vosso gabinete, na segunda-feira à tarde? É possível? *(Pausa.)*

Pois bem, Sr. Presidente, Sr. Relator, a princípio, era só essa a minha fala. E mais uma vez eu quero parabenizar o Ministro pelo trabalho que vem desenvolvendo diante desse grande Ministério do Planejamento.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem a palavra o Ministro Dyogo Oliveira.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Muito obrigado, Presidente.



Vou começar com as questões do Relator-Geral, o Deputado Cacá Leão.

Primeiro, as medidas que podem tornar o orçamento mais flexível são exatamente as medidas de redução das despesas obrigatórias, e o que nós temos feito nessa seara é principalmente a revisão de programas, como, por exemplo, o auxílio-doença.

Nós estamos revisando todas as pessoas que têm recebido auxílio-doença há mais de 2 anos, Deputado. Aproximadamente 1 milhão de pessoas estavam recebendo auxílio-doença há mais de 2 anos — 1 milhão de pessoas! Isso estava custando 20 bilhões de reais por ano. Com essa revisão, nós estimamos reduzir pelo menos de 7 bilhões a 8 bilhões de reais nessa despesa.

Temos também a revisão do BPC. Através de cruzamentos de bases de dados, já identificamos um número também muito elevado de pessoas que, aparentemente, não estão cumprindo todos os requisitos para receber esse benefício.

O Bolsa Família também tem sido objeto desse tipo de verificação.

Fizemos uma redução, um corte considerável nas despesas de subsídios. Acabamos com aqueles programas do BNDES por meio dos quais o Governo tinha que pagar para as grandes empresas fazerem seus projetos, aquelas coisas todas. Fomos reduzindo isso.

Essa medida do adiamento do reajuste, por exemplo, é uma medida que reduz a despesa com pessoal, que também é uma despesa obrigatória. Portanto, o Governo tem feito o seu dever de casa nesse sentido. Mas eu volto a insistir que a maior despesa obrigatória que nós temos é a da Previdência. Se nós não enfrentarmos isso, não há alternativas muito melhores para compor o orçamento.

A questão do fundo eleitoral não foi incorporada. Nós deixamos a reserva das emendas de bancada na peça orçamentária para ser alocada ao fundo.

Quanto às outras despesas, já havíamos falado sobre essa questão da aplicação dos 50% na saúde. Nós já até endereçamos uma alternativa para cumprir o que havia sido acordado. Quanto à questão da composição do fundo partidário, caberá à Comissão fazer a adequação da peça orçamentária.

O investimento, Deputado, de fato, como eu disse, vai ficar só o do Orçamento Fiscal e da Seguridade — não falamos das estatais, porque não houve



alteração —, e ele aumenta consideravelmente nesta proposta. Ele saiu, se não me engano, de quase 2 bilhões de reais para 26 bilhões de reais.

Então, essa recomposição da mensagem modificativa está concentrada principalmente no investimento. E o que nós buscamos ali privilegiar são aquelas obras estruturantes para o País e que estão em andamento. Então, não há ali a previsão de valores para novas obras. Há um foco em concluir as obras que estão em andamento, evitando que as obras sejam paralisadas.

Quanto à questão que o senhor pergunta sobre as informações complementares, algumas já foram encaminhadas. A assessoria da Comissão tem tido contato continuado com a nossa equipe. Nós já viemos nesse período adiantando as informações. E, ao longo dos próximos dias, as informações que estão sendo solicitadas serão disponibilizadas para o trabalho da assessoria da Comissão.

O Senador Ataídes Oliveira pergunta sobre a retirada do ICMS da base de cálculo da COFINS. Nós não estamos considerando isso na proposta, uma vez que há uma decisão suspendendo a aplicação dessa exclusão. A AGU está tratando disso junto ao Supremo Tribunal Federal, e há a suspensão no momento da aplicação dessa decisão. Em virtude disso, nós mantivemos na proposta orçamentária a legislação conforme ela está sendo aplicada.

Isso, mais uma vez, Senador, reforça as estratégias que nós usamos de sermos um pouco conservadores na estimativa das receitas, de modo a contemplar também alguns riscos que podem frustrar a receita ao longo do ano.

É verdade também que, neste ano, em virtude do teto de gastos, uma ampliação da receita para além desses valores que já estão aí previstos não necessariamente implica ampliação do orçamento, uma vez que a despesa já está no limite do teto de gasto.

Quanto aos recursos para a capitalização de empresas que o senhor mencionou, nós temos ali, basicamente, a INFRAERO, porque, como ficou estabelecido dentro daquele modelo de concessão dos aeroportos, ela tem 49% das ações dos aeroportos concedidos e tem que acompanhar as empresas privadas na capitalização para o investimento nesses aeroportos. Então, nós colocamos recursos para isso.



Além disso, há a questão da Empresa Gerencial de Projetos Navais — EMGEPRON, ligada à Marinha, e que também tem uma previsão que basicamente é para que ela reconstrua a nossa frota de corvetas, porque o Brasil hoje não tem navio para defender a costa. Nós estamos completamente sem nenhum navio novo para proteger a nossa costa. Temos um conjunto, se eu não me engano, de 12 navios, dos quais 4 estão no final da vida útil. E nós ficaríamos com 8 corvetas para defender toda a costa brasileira. Então há previsão dessa capitalização da EMGEPRON, para que ela retome a construção dessas embarcações para defender a costa brasileira. E há uma parte de recursos que nós deixamos numa reserva também, que poderia, ao longo do ano, ser utilizada para capitalização das empresas estatais.

O senhor mencionou a questão da devolução dos recursos do BNDES. A proposta orçamentária efetivamente prevê a devolução desses recursos. Temos conversado sobre isso com o BNDES. Estamos ajustando as nossas projeções e as projeções do BNDES para termos, até o final da aprovação do projeto, uma definição sobre a devolução desses recursos.

O fato é que eles são necessários para cumprir aquilo que nós chamamos de regra de ouro. A Constituição Federal brasileira traz uma regra que diz que nenhum ente da Federação pode emitir dívida ou tomar empréstimo além do seu investimento. Como nós temos um déficit muito elevado — e esse déficit não é devido a investimento, é devido à Previdência, portanto, ao custeio —, essa regra não está podendo ser cumprida plenamente neste ano nem no próximo ano. Estamos dependendo, portanto, da devolução desse dinheiro para que se cumpra a regra sem a necessidade de o Governo tomar empréstimo para pagar essas despesas além do volume de investimentos.

O senhor mencionou a questão da receita, mas eu alerto apenas que o senhor estava se referindo na verdade às receitas exatamente de emissão de dívidas. Aquelas outras receitas de capital, na verdade, são a emissão de dívida para pagamento de juros. O que aconteceu foi que as nossas projeções de pagamento de juros foram reduzidas. Portanto, há menor necessidade de emissão de dívida.



A propósito disso, este é mais um elemento importante do resultado da política econômica nesses últimos meses: a queda do custo médio de financiamento da dívida pública brasileira. O financiamento estava em mais de 15%, quando o Governo assumiu, agora está indo para 11%.

Nós reduzimos em 4% ao ano o custo de financiamento da dívida pública. Isso implica, Sr. Senador, aproximadamente 150 bilhões de reais a menos em pagamento de juros a cada ano, em virtude das ações corretas que o Governo vem tomando para sanear a economia brasileira.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Sr. Presidente, não quero ser chato com os amigos, mas o que vou falar é de extrema importância para a formatação do meu relatório. Eu gostaria de...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Mas falarei muito rapidamente.

Ministro, o Congresso Nacional e o Governo Federal estão a cometer um crime, ou melhor, uma anomalia fiscal e jurídica desde longa data, porque ainda não estão incorporados às suas receitas os tributos que são repassados às entidades do Sistema S. No ano passado, esse valor chegou a 21 bilhões de reais. Esse é um assunto realmente delicado. É uma anomalia fiscal, tributária e jurídica.

Eu quero fazer uma pergunta a V.Exa. Uma vez que este Plenário e este Congresso Nacional vierem a corrigir essas anomalias, é evidente que nós teremos aí uma receita. O Governo Federal terá uma receita, oriunda da DRU. Ela é obrigatória — entra e sai. Não haverá impacto. Mas nós vamos ter, Ministro, uma receita da DRU, que, segundo informações, nós poderíamos ter tão somente sobre a arrecadação do SEBRAE, da APEX e da ABDI, o que daria algo em torno de 1 bilhão e 300 milhões de reais.

Mas, na verdade, eu preciso que alguém me convença de que essa DRU não teria de ser estendida às demais entidades, o que traria uma receita de 7 a 8 bilhões de reais.

V.Exa. tem alguma coisa a dizer em relação a isso, Ministro? Pergunto porque eu pretendo fazer essa correção nesse meu relatório.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Eu estou satisfeito, Ministro.



O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Bom, eu vou fazer só a seguinte consideração, Senador: ao incluir essa receita, haverá a necessidade de incluir também a despesa com a transferência. Portanto, isso vai concorrer com as demais despesas — já apertadas — que nós temos.

Então, essa é uma consideração que eu acho que a Comissão deve levar com atenção para essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos partir para o Plenário.

Tem a palavra o Deputado Marcus Pestana. Em seguida, falarão os Deputados Edio Lopes e Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Dário Berger; o caro Ministro Dyogo Oliveira; o Secretário de Orçamento, Jorge Alberto; o prezado amigo e Relator do Orçamento de 2018, Deputado Cacá Leão; o Senador Ataídes Oliveira — eu vou propor aqui, por sugestão de um Senador, cuja identidade vou preservar para não ser indiscreto, a supressão da letra “s” do nome Ataídes em homenagem ao Sistema S. Ficaria só “Ataíde”. Mas aí não pode suprimir a seriedade; pode suprimir o Sistema S.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, tenho só duas questões, mas antes gostaria de fazer uma breve reflexão: nós vivemos um momento muito especial da vida brasileira, tempos de cólera, que nos deixam um cenário muito nebuloso para 2018. E há um descolamento, que eu acho impressionante, entre a economia e a política.

A política não tem um fim em si mesma. A humanidade criou um sistema político. Na medida em que ela foi ficando mais complexa, a divisão do trabalho foi crescendo, e ergueu-se um sistema de poder para tomar decisões coletivas. O sistema político deve ser um facilitador, para melhorar a vida das pessoas, e não um entrave, um obstáculo. É uma ferramenta de mudança social.

É impressionante que, num momento de plena turbulência política, a taxa de juros caia, a inflação caia, o desemprego caia, a confiança comece a ser retomada — o leilão do pré-sal mostrou isso —, e nós conseguimos abordar a questão da Previdência e aprovar este pacote de medidas: regulamentação da terceirização, reforma trabalhista, teto de gastos, TLP, mudança do pré-sal, reestruturação do ensino médio, reestruturação do sistema elétrico. É um grande legado econômico, em meio a um turbilhão político.



Outro dia, num debate, um empresário me disse: *“O País está parado”*. Eu afirmei: *“Nada disso! O País não está parado, não. A política é que está gravemente afetada por uma doença crônica”*.

Eu acho que na política temos que ter consciência da gravidade do quadro fiscal, porque é aí que está o nosso calcanhar de Aquiles e o protagonismo da Previdência. Ou o sistema político toma consciência disso, ou nós seremos um grande Rio de Janeiro.

Outro dia, Vereadores, Prefeitos e Deputados Estaduais me instavam a ser candidato a Governador de Minas. Eu disse: *“Se não houver nenhuma chance de ganhar, eu topo; se houver, eu não quero”*. É uma armadilha, tal o estrangulamento fiscal dos Estados. E a situação do Governo Federal não é diferente. A única diferença é que o Governo Federal pode se financiar através da ampliação da dívida, o que é uma injustiça. Do ponto de vista geracional, é um pacto perverso. E o que me surpreende é a baixa consciência no Congresso e na sociedade.

Eu queria até ouvir o Ministro, saber o seu diagnóstico: por que há baixa consciência sobre a gravidade da situação fiscal? E isso tem a ver com a taxa de juros, com o ritmo de crescimento, com o tamanho do crédito e com o potencial de crescimento econômico.

Vou fazer minhas duas perguntas, porque o meu tempo já está acabando.

A primeira delas é sobre o Regime Geral de Previdência Social. Chamou minha atenção, Ministro, um gráfico apresentado, com dados sobre o regime do INSS, em que não constam os privilégios do setor público — não estão representados nem as Forças Armadas nem o funcionalismo público federal, estadual e municipal. *(Exibe gráfico.)* Eu acho que este gráfico, invertido, ficou melhor que o outro. Mas assustei-me com o déficit, que estava na faixa dos 35, 40, 42, 49, 56 bilhões de reais até 2014 — em 2014, era de 49 bilhões de reais — e, em 2015, saiu desse patamar e deu um salto para 85, 150, 184 bilhões de reais. Parece-me que houve algum fenômeno. A que se atribui esse salto? Houve algum erro de política econômica? Ocorreu algum problema para justificar essa explosão do déficit no Regime Geral de Previdência Social?

E a última questão, Presidente Dário Berger, é referente a algo que exige de nós um esforço pedagógico muito grande. No Brasil, há um foco muito grande no



déficit primário. Isso foi uma coisa introduzida, que nasceu no Brasil com a negociação da moratória com o FMI, de 1979 a 1980. O mundo inteiro presta atenção no déficit nominal. Na Comunidade Europeia, pelo Tratado de Maastricht, a meta é baseada no déficit global, com todas as despesas e receitas, inclusive as financeiras.

Mas eu queria que o Ministro fizesse uma digressão, porque é importante para esta discussão. Aqui se pergunta o seguinte: por que não se cortam os juros? A conta dos juros é tão grande quanto à da Previdência. Então, Ministro, eu queria saber: juros é causa ou consequência?

V.Exa. mencionou que há uma economia com essa baixa dos juros de 50 bilhões de reais por ano. Mas as pessoas dizem assim: *“Precisamos de educação, saúde e segurança. Por que não se tiram os recursos necessários da dívida?”* As pessoas não percebem a relação entre o ovo e a galinha, não veem que, para diminuir a dívida e diminuir o serviço, tem-se que diminuir o déficit. Há um *trade-off* aí no raciocínio dessas pessoas. Então, esse dilema precisa ser melhor esclarecido, porque as grandes despesas do engessado Orçamento Geral da União são com juros e Previdência. O resto está ficando sufocado.

Impressionou-me muito, na Comissão da reforma da Previdência, um gráfico produzido pelo Ministério do Planejamento que mostrava que hoje, nos gastos primários — e isto está reafirmado naquele gráfico em forma de pizza —, as despesas com a Previdência e os benefícios sociais correspondem a 57% dos gastos. E, se nada for feito, em 10 anos eles corresponderão a 82%.

Vamos dizer à sociedade: orçamento é escolha, é aplicação alternativa de recursos escassos. Se nada for feito em relação à Previdência, vão sobrar 18% para educação, segurança, saúde, ciência e tecnologia, meio ambiente e tudo mais. É isso que o País quer?

Então, Sr. Ministro, objetivamente, esta é uma reflexão sobre a baixa consciência da gravidade das circunstâncias fiscais. Se não resolvermos isso, a atual retomada não vai ter fôlego.

Portanto, minhas perguntas são: quanto a esse gráfico da Previdência, o que houve para que ocorresse esse salto? E essa relação de juros-dívida com a despesa orçamentária?



Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sou eu que agradeço a V.Exa. Concedo a palavra ao Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente; Sr. Relator; Sr. Ministro do Planejamento, Dyogo Henrique, não vamos esticar nossa fala tanto quanto fez o nosso Senador Ataídes Oliveira, que tem uma reconhecida desenvoltura nesta área.

Mas eu gostaria de entender, Sr. Ministro, quais foram os fatores que levaram a produção da agricultura brasileira a saltar, em 1 ano, de 184 milhões de toneladas de grãos para 242 milhões de toneladas. Houve um salto de um terço da produção nacional em 1 ano. Lembro-me que, ainda garoto, na época do Delfim, há 40 anos, comemorava-se a produção de 60 milhões, 80 milhões de toneladas de grãos por ano no Brasil. Então, eu gostaria de saber como o Governo encontrou esse número tão significativo. Oxalá haja uma explicação razoável para isso, que eu considero um fenômeno!

Outra questão, Sr. Ministro, é com relação à privatização da ELETROBRAS. No que se refere à privatização de empresas de energia elétrica, enquanto em alguns rincões do Brasil a iniciativa privada está ávida por investir, não é essa a realidade da ELETROBRAS.

A ELETROBRAS presta serviço hoje em regiões deste País em que a iniciativa privada certamente não vai arriscar o seu capital, a menos que haja um recuo na prestação do serviço que a ELETROBRAS hoje nos presta. Vou pegar como exemplo o meu Estado, Roraima: nós não somos interligados ao sistema nacional por uma pendenga com uma comunidade indígena que ocupa o trajeto da futura linha de transmissão, pendenga esta que se arrasta há mais de 10 anos, por inércia e ineficiência do Governo, principalmente dos Governos passados. Mas o Governo atual repete os mesmos erros do Governo passado quanto a essa questão. Parece que mudou o Governo, mas não mudou o comportamento em relação a isso no meu Estado.

Em Roraima e na Amazônia como um todo, nós temos longínquas vilas, muitas vezes com apenas 100 famílias, que precisam de uma linha de transmissão caríssima, longa, para lhes fornecer energia. A possibilidade de a empresa privada ter um retorno do seu investimento é nula.



Sr. Ministro, somente em Roraima nós temos mais de 300 comunidades indígenas, que contam, em grande parte, com algumas horas de energia elétrica fornecida por pequenos motores geradores alimentados por óleo *diesel*. Na grande maioria dos casos, esse *diesel* é fornecido pela conta de compensação de combustível, pela ELETROBRAS.

Se o Governo já terá uma enorme dificuldade em levar adiante a privatização, por exemplo, da empresa de Minas Gerais, cujo movimento é mais aflorado, imagine V.Exa. a somatória do Norte com essas questões!

Portanto, para que nós possamos aceitar a proposta do Governo, é preciso que antes disso, Sr. Ministro, ele nos dê segurança em relação às regras em que se balizará essa privatização, sob pena de o Norte se somar à já visível resistência de outras regiões do Brasil, como Minas, por exemplo. E, aí, eu não estaria tão certo quanto V.Exa. da privatização da ELETROBRAS.

Então, eu coloco essas duas questões, de forma muito pontual. Uma delas tem mais o sentido didático de explicar como o Brasil conseguiu essa mágica extraordinária de, em apenas 1 ano, aumentar em um terço a produção de grãos, já que não temos o conhecimento de que tenha havido um alargamento na área de produção e muito menos de que a nossa gloriosa EMBRAPA tenha, de repente, descoberto uma nova tecnologia, sobretudo relativamente a sementes, que permitisse, da noite para o dia, tamanho avanço nessa produção.

Eram essas as minhas duas questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Nilton Capixaba.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Cumprimento o Sr. Presidente da CMO, Senador Dário Berger; o nosso Relator, Deputado Cacá Leão; o nosso Ministro Dyogo Henrique de Oliveira; toda a Mesa; os colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

Quero parabenizar a equipe econômica do Ministro Dyogo Henrique pelo trabalho diferenciado que tem feito pelo nosso País. V.Exas. têm superado a crise com seu trabalho e com sua união.

Eu sou Relator Setorial do Trabalho, Previdência e Assistência social, que são áreas ligadas a dois Ministérios muito importantes para o nosso País.



O Ministério do Desenvolvimento Social é o órgão que dá assistência às crianças, aos deficientes, aos idosos. Ele é responsável também pelo Programa de Aquisição de Alimentos — PAA, que compra os produtos da agricultura familiar. Tudo isso é muito importante para o Brasil.

Eu pediria a V.Exa., Ministro, que olhasse com muito carinho para isso aí, porque, como Relator, considero muito difícil fazer um relatório com cortes nas áreas de assistência à criança, ao deficiente, ao idoso, que são áreas importantes para o nosso País, e no programa de compra de produtos da agricultura familiar, que hoje cresce muito no nosso Brasil, principalmente no meu Estado, Rondônia, onde a agricultura familiar é muito forte. Então, eu gostaria que V.Exa. considerasse esse assunto com muito carinho, para que não haja esse corte, porque fica até difícil explicar como o Brasil, um País que produz tanto, pode sofrer corte na agricultura familiar.

A outra área de minha relatoria é relacionada ao Ministério do Trabalho, que oferece cursos de capacitação e apoia de várias outras formas o nosso trabalhador. Eu também não gostaria de fazer um relatório com cortes nessas áreas.

Então, eu gostaria, primeiramente, de parabenizá-lo e dizer que estou aberto para conversar. Eu já estive falando sobre esse assunto com V.Exa., com o Presidente Michel Temer, com o Presidente desta nossa Comissão, o Senador Dário Berger, e com o nosso Relator. Gostaria de conversar com V.Exa. no sentido de que mantenhamos o orçamento dessa área pelo menos do tamanho daquele do ano passado, para não termos de ficar nos explicando a toda hora para nossa população.

Quero parabenizá-lo, assim como a toda a nossa Comissão, e dizer que estamos juntos para trabalhar e fazer o melhor para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu acho que agora o Ministro pode responder — já ouvimos três Parlamentares.

Concedo a palavra ao Ministro Dyogo Henrique de Oliveira.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Obrigado, Presidente.

Eu vou seguir a ordem, até para a resposta não ficar muito longe da pergunta.

O Deputado Marcus Pestana foi fazendo as perguntas e já deixando as respostas mais ou menos insinuadas. (*Riso.*) A primeira coisa que o senhor pergunta



efetivamente é sobre a questão da baixa consciência em relação à questão fiscal. Eu acho que, evidentemente, há o problema da aridez do tema. O tema é árido, não desperta emoções, mas nós precisamos ter essa consciência — e precisamos no plural: o Congresso, a sociedade como um todo e os agentes econômicos precisam ter mais consciência de quais são as decisões que nós estamos tomando.

Como o senhor falou muito bem, o Orçamento é o reflexo das decisões. Eu sempre pergunto nas minhas palestras: *“Quanto vocês acham que é a despesa da Previdência? Quanto vocês acham que é o investimento?”* Absolutamente ninguém jamais acerta os valores, porque, na cabeça das pessoas, gastamos numa proporção razoável em saúde, educação, investimento, infraestrutura e despesa com pessoal e Previdência. Mas, quando olhamos o Orçamento, vemos que não essa proporção não é razoável.

No Brasil, a despesa com a Previdência equivale a 57% do total, enquanto a média da OCDE é de menos de 25%. Nós estamos gastando mais do que o dobro da média dos outros países — países que são mais velhos, que têm uma população mais envelhecida, que têm um sistema previdenciário mais pesado. Repito: nós estamos gastando mais do que o dobro. Então, é muito proeminente o tamanho da distorção que o nosso sistema previdenciário está provocando.

O senhor fez uma pergunta muito importante: *“Por que isso aconteceu?”* Isso aconteceu por vários fatores positivos: primeiro, as pessoas estão vivendo mais; segundo, as pessoas estão ganhando mais; e, terceiro, as pessoas estão tendo empregos mais formais, pois o nosso mercado de trabalho foi se formalizando mais ao longo das últimas 2 décadas. Esse conjunto de fatores trouxe para dentro da Previdência uma quantidade de gente que estava fora dela. E agora elas estão se aposentando, começando a receber sua aposentadoria — e vão ficar recebendo por 30 anos, 40 anos.

E o que é mais grave é que o nosso sistema privilegia quem ganha mais. Quando olhamos os dados, vemos que 64% das pessoas se aposentam ganhando salário mínimo. Essas pessoas se aposentam com uma idade média de sessenta e poucos anos. O restante, que ganha, em média, mais do que o dobro, aposenta-se com 55 anos, 57 anos. Há uma distorção do sistema: quem ganha mais se aposenta



ganhando mais e com menos tempo; quem ganha menos se aposenta mais tarde e ganhando menos. Então, essas coisas todas precisam ser revistas.

O nosso sistema previdenciário tem que ter uma regra comum, igual. É isto que está na proposta: mesma idade, mesma regra de cálculo, mesmo tempo de trabalho para todo mundo, seja Parlamentar, seja servidor público, seja trabalhador da iniciativa privada. É evidente que há alguns cuidados que o próprio Parlamento inclui.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Ministro, a que se deve essa alteração da curva de 2015, 2016 e 2017 em relação à de 2014 e dos anos anteriores?

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Isso é devido ao momento em que esses fatores todos se confluem.

O interessante é que isso não se explica pelo lado da receita. Alguns tentaram explicar isso pelo lado da receita, dizendo: *“Olha, mas há a crise e tal”*. Mas o que se vê é que a receita continua crescendo; ela só não consegue acompanhar o crescimento da despesa. Portanto, a explicação está do lado da despesa.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - As desonerações também pesaram aí?

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Olha, as desonerações da folha, embora nós inclusive já tenhamos proposto o cancelamento delas, não estão nesta conta, porque esta conta aqui considera que a União paga à Previdência o valor da desoneração. Portanto, neste caso aqui, é como se não houvesse a desoneração. Esses números não incluem a desoneração.

Por isso, eu digo: a explicação está do lado da despesa. Há muito mais gente recebendo por muito mais tempo e ganhando mais. São fatores todos positivos. O que nós precisamos agora é organizar o sistema, para que ele seja saudável e consiga pagar às pessoas.

Como eu disse outro dia, o grande beneficiado dessa reforma é o aposentado. Sinceramente, se eu estivesse aposentado, eu estaria fazendo manifestações a favor da reforma, porque ela é a garantia de receber o meu benefício. A garantia de quem está aposentado é essa. Quem vai se aposentar



também deveria estar defendendo isso, porque é a garantia de que quem se aposentar vai receber sua aposentadoria.

Quem está contra a reforma da Previdência está contra o aposentado, está contra o trabalhador, ao contrário do que se pensa. Essa verdade precisa ser enfrentada e comunicada. Será que as pessoas não estão vendo o que está acontecendo em vários Estados do País, que simplesmente não pagam?

O senhor também pergunta sobre a questão dos juros. Eu já mencionei que a queda do custo de financiamento da dívida é decorrente da saúde do País. É muito simples: imagine que você foi ao seu gerente, pegou um empréstimo, mas não o pagou. Aí você vai a ele e pede um segundo empréstimo, que você também não paga. Quando você pedir um terceiro empréstimo, ele vai virar para você e dizer assim: *“Tudo bem, mas este terceiro empréstimo já vai sair mais caro”*. E você diz: *“Tudo bem, eu aceito pagar mais”*. Se você pedir um quarto empréstimo, o gerente vai lhe dizer: *“Espere aí. Um quarto não dá! Agora já começou a ficar difícil. Você tem que pagar!”*

A conta pública, nesse sentido, não é muito diferente. O que o Governo está fazendo? Está pedindo empréstimo. Para quem? Para todo mundo, para o cidadão comum. São as pessoas que colocam dinheiro na caderneta de poupança, que colocam dinheiro em fundos de investimento que estão emprestando dinheiro para o Governo. Quando essas pessoas se aperceberem do risco, elas podem simplesmente dizer: *“Não, dê-me meu dinheiro de volta”*. Isso se chama, no jargão econômico, monetização da dívida. Qual é o impacto disso na economia? Inflação.

Então, os caminhos para a economia brasileira são bastante conhecidos: ou fazemos um ajuste, garantindo a continuidade do crescimento, dando sustentabilidade ao que está sendo feito, ou teremos um “voo de galinha” e, logo ali na frente, teremos um processo de monetização da dívida e a volta da inflação.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Ministro, eu só quero fazer uma pergunta em linguagem de arquibancada do Mineirão, de Atlético e Cruzeiro: o Ministro do Planejamento pode cortar despesa de juros e transferir esse recurso para educação, saúde e segurança, por exemplo, que é o discurso que, às vezes, ouvimos aqui?



O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Essa é uma outra ilusão. Na verdade, a despesa com juros é uma despesa financeira da União e não se confunde com as despesas primárias, que são as despesas com os programas, por exemplo. A fonte para o pagamento dos juros é a emissão de dívidas; a fonte para as outras despesas é a coleção de tributos, contribuições e receitas patrimoniais. Portanto, são despesas que não se comunicam: uma não tem a ver com a outra.

Como eu disse, nós tivemos uma grande redução na despesa com juros. O Relator até mencionou: *“Olhe, mas aqui há uma redução”*. Há essa redução exatamente porque a despesa com juros do Governo está caindo. Mas isso não abre espaço para que nós tenhamos mais despesas nas outras áreas. As outras áreas estão contidas pelo nosso déficit — nós teremos 160 bilhões de reais de déficit.

O Deputado Edio Lopes pergunta, primeiro, sobre o crescimento da safra de grãos, que é algo muito positivo no Brasil. E é importante mencionar que o Ministro Blairo sempre me corrige quando eu uso esse número. Ele diz assim: *“Isso aí é uma parte pequena do negócio. Na verdade, você está deixando de falar de não sei quantos milhões de toneladas de cana-de-açúcar, de papel e celulose, de madeira”*. E aí ele cita vários outros produtos que não entram nessa conta porque não são grãos — aqui só se consideram os grãos.

A razão principal desse processo, Deputado, é a continuidade de uma política agrícola que o Brasil foi construindo ao longo dos anos, desde a época do Ministro Delfim. Isso tem a ver com financiamento, com o seguro agrícola, com a tecnologia, com o apoio da EMBRAPA, com o trabalho dos agricultores brasileiros, que são muito modernos em comparação com outros mundo afora. Então, há muita tecnologia, muita produtividade.

E é claro que, de um ano para o outro, houve uma variação climática favorável à safra. Mas isso aí não é por acaso, é resultado de trabalho conjunto do Governo e do setor privado, que permite que o Brasil tenha um dos setores agrícolas mais competitivos do mundo.

Quanto à privatização da ELETROBRAS, que o senhor menciona, eu queria dizer primeiro, Deputado, que o que mantém a conexão daquelas pequenas comunidades lá no interior que utilizam geradores a *diesel* não é a ELETROBRAS. A ELETROBRAS faz aquilo não porque está gastando o dinheiro dela, mas porque



está gastando o dinheiro da CDE, da CCC, como o senhor mesmo mencionou, no caso da compensação do combustível.

Então, aquele recurso está saindo da conta de todos os consumidores de energia do Brasil, e não da ELETROBRAS. Com ELETROBRAS ou sem ELETROBRAS, aquilo será mantido exatamente como está hoje — talvez melhor, porque o que nós temos hoje na ELETROBRAS é uma empresa deficitária e ineficiente. Em todos os Estados onde existem distribuidoras administradas pela ELETROBRAS, nós temos empresas quebradas, empresas cuja dívida tem valor amplamente superior ao valor delas próprias.

Portanto, a gestão da ELETROBRAS, em vez de melhorar a distribuição de energia em Roraima, em Rondônia, no Amazonas, etc., quebrou as empresas desses Estados, e hoje ela não tem nem condição de fazer os investimentos mínimos para mantê-las em funcionamento.

O que nós teremos, a partir da privatização da ELETROBRAS, é exatamente o oposto: voltaremos a ter uma empresa brasileira de capital nacional. E é importante dizer que a União não vai vender as suas ações da ELETROBRAS. Nós vamos segurar as nossas ações, vamos aumentar o capital da ELETROBRAS, ou seja, vamos trazer mais dinheiro para dentro da empresa, para que ela possa investir mais, voltar a investir, porque a ELETROBRAS não está investindo. Ela tomou prejuízos bilionários por conta de ações do Governo passado e passou a enfrentar dificuldades. Agora, simplesmente por anunciarmos a privatização, a empresa se valorizou 50% em 1 dia. De um dia para o outro, ela se valorizou 50%.

Então, não se trata de uma operação de salvamento do Governo, pelo contrário. O que nós precisamos é ter uma empresa brasileira com capacidade para ser uma grande investidora internacional. Os franceses, os chineses, os italianos estão investindo no Brasil. Como? Por meio de empresas que foram privatizadas, que voltaram a ter capacidade de investir e passaram a ser grandes no mundo.

A ELETROBRAS pode ser uma grande empresa no mundo, pode ser como a Vale. A Vale, depois que foi privatizada, passou a ser uma das maiores empresas do mundo! Quando era estatal, era uma pequena empresa brasileira que só dava prejuízo. Hoje, é uma das maiores do mundo. A ELETROBRAS pode cumprir o



mesmo papel, ser uma das maiores investidoras de energia do mundo. Mas, para isso, nós vamos ter que fazer esse trabalho.

E, nesse processo, não só tudo o que ela faz hoje está garantido — ela não faz isso de graça, o Governo a paga para ela fazer — como também nós vamos ter a ampliação de recursos para a recuperação do Rio São Francisco, por exemplo, que hoje não podemos fazer. Estão incluídos na modelagem recursos vultosos para a recuperação do São Francisco.

O Deputado Nilton Capixaba pergunta sobre o trabalho e o desenvolvimento social. Eu lhe informo, Deputado, que nós incluímos agora, nessa proposta modificativa, 4,6 bilhões de reais a mais para o Ministério de Desenvolvimento Social e 120 milhões de reais a mais para o Ministério do Trabalho, o que garante que o Ministério do Trabalho tenha um orçamento praticamente igual ao deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Já melhorou um pouco a relatoria de V.Exa.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos avante, então. A próxima oradora inscrita é a Deputada Rosângela Gomes. Em seguida, estão inscritos a Deputada Professora Dorinha, o Deputado João Arruda e, para terminar a nossa lista, o Deputado João Bacelar.

O Deputado Wellington tinha feito uma permuta com as nobres Deputadas, mas, como ele não se encontra presente, passo a palavra à Deputada Rosangela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento o Deputado Cacá Leão; o Senador Ataídes Oliveira; o nosso Ministro Dyogo de Oliveira; o Secretário George Alberto; os demais Deputados, Deputadas e Senadores presentes neste Plenário.

Sr. Presidente Dário Berger, falava há pouco com a Deputada Dorinha de uma dificuldade que tenho: eu servi o povo do Rio de Janeiro com um Deputado chamado Gerson Bergher e, por isso, toda hora eu troco o seu nome.

Quero dizer da satisfação de ver a exposição do Ministro com relação ao PLOA 2018, poder tirar dúvidas e olhar os pilares que norteiam esse PLOA. Quando o Ministro fala de reformas estruturantes, aperfeiçoamento do marco regulatório,



melhoria do ambiente de negócios econômicos, gestão pública, concessões, PPAs, PPPs, ele fala, em síntese, do crescimento econômico.

Acho que foi o Senador Ataídes que falou da forma conservadora com que o Ministro olha para o crescimento do País, falando de um crescimento de apenas 5%, quando na verdade S.Exa. mesmo disse que o mercado aponta para um crescimento de 7%.

Ministro, vou ser bem objetiva e enfática e gostaria que V.Exa. atentasse bem para o meu apelo, porque estamos falando de um país que, além de quebrado, é subdesenvolvido, um país quebrado que tem uma necessidade urgente de ajustar as suas contas e de crescer, mas que, sobretudo, tem uma população massacrada e carente.

A primeira versão do PLOA que nós recebemos aqui contém um corte na assistência de 4 bilhões de reais. V.Exa. acaba de dizer ao Deputado que houve um aumento de pouco mais de 4%, mas, na verdade, houve um corte de 6,52%.

Nós estamos falando, Ministro, de um povo que está abaixo da linha da miséria, de um povo que tem um percentual muito grande no sistema prisional, de um povo que tem um número de pessoas com deficiência muito grande. Há quase 40 milhões de brasileiros na informalidade. Há uma taxa altíssima de desemprego no nosso País e uma enorme quantidade de crianças vulneráveis.

Nós estamos falando da prestação de serviços de assistência extremamente importantes, como o Bolsa Família, o CRAS, o CREAS. Estamos falando do esforço que esta Casa fez pela retomada do crescimento econômico, na qual acreditei e acredito, porque votei na primeira denúncia e na segunda denúncia em prol do crescimento econômico, da estabilidade e da segurança jurídica do País.

Mas não posso, Ministro, de maneira alguma, por um lado, colocar toda a minha força, toda a minha crença e, por outro lado, aceitar de forma passiva que a nossa assistência, que é o maior pilar da nossa sociedade hoje, sobretudo daquele segmento da população que está na miserabilidade ou abaixo da linha da pobreza, sofra um corte tão acentuado, de 4 bilhões de reais.

V.Exa. ou o Governo retornou os 2 bilhões de reais. Eu conversei com o Ministro Osmar Terra, e ele me garantiu que, quando o novo projeto do Orçamento



voltasse a esta Casa, seria acrescentado o que foi retirado, ou seja, esses quase 4 bilhões de reais.

Ministro, eu quero lhe dizer que nós recebemos aqui o Conselho Nacional de Assistência Social, que teve o trabalho enorme de elaborar todas as projeções para o ano de 2018. Mas, independentemente disso, eu quero falar sobretudo de uma população que é massacrada por todos os setores, por todos os lados.

Trata-se apenas de 2 bilhões de reais. Obviamente, isso é muito dinheiro para mim, mas não para um programa extremamente necessário à nossa população carente, desassistida, vitimada.

Eu queria pedir principalmente a esta Comissão e ao Senador Dário — eu o conheço há pouco tempo, mas já sei um pouco da sua intenção — que nós nos debruçássemos sobre essa questão, juntamente com o Deputado que é o Relator setorial dessa área, para corrigir isso. Seria uma vergonha, um desastre, uma coisa muito ruim para o nosso País que se tirassem mais 2 bilhões de reais dos principais eixos de assistência ao nosso povo, que é o dinheiro da assistência social do nosso País. Eu estou falando do Bolsa Família, do CRAS, do CREAS. Eu estou falando de mais de 5.570 Municípios que são assistidos pelo Sistema Único de Assistência Social — SUAS aqui no nosso País.

Era essa a minha colocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Professora Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Bom dia a todos.

Eu quero cumprimentar o Senador Dário Berger, Presidente desta Comissão; o Senador Ataídes, meu colega de Tocantins; o nosso Relator, Deputado Cacá Leão; o Ministro Dyogo Oliveira, também colega de Tocantins.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - É bom que se diga isso. *(Riso.)*

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sim, é bom que se diga isso. Eu espero que ele se lembre do Tocantins.

Cumprimento ainda o Sr. Jorge Alberto, Secretário de Orçamento.

Na minha abordagem, Ministro, eu vou falar de algumas dificuldades.



Eu gostaria primeiro de lembrar que nós Parlamentares temos a obrigação de destinar metade das nossas emendas à saúde. Mas a dificuldade de colocar essas emendas tem muito sido presente, muitas vezes pela questão operacional do Ministério da Saúde, muitas vezes pelas limitações existentes. Por exemplo, se um Município perdeu uma caminhonete há 4 anos — pode ser que o Prefeito nem seja mais o mesmo —, não se pode destinar uma caminhonete para um Município.

Inclusive, há tramitando aqui nesta Casa algumas PECs que tentam amarrar a destinação de recursos para a saúde, para a área social e para a educação. Eu sei que são áreas estratégicas e que nós poderíamos tentar ajudar. Eu sei também que a dificuldade para nós Parlamentares tem sido grande em relação à saúde. Além de os pequenos Municípios não quererem mais desses tipos de recursos, eles querem algumas coisas que não podem ser destinadas a eles. Por exemplo, a destinação de ambulância ainda continua proibida para os pequenos Municípios. Então, faço este alerta e gostaria de saber como fica essa situação.

Queria lembrar, Ministro, que no documento, a primeira versão que veio, o Programa de Aquisição de Alimentos, que, na verdade, faz uma diferença enorme para os Estados da Região Norte e Nordeste, os pequenos Estados mais pobres, veio com o valor de 750 mil reais. Nessa outra versão, ele veio com uma modificação de 172,5 milhões de reais, mas, ainda assim, é 50% menor do que o de 2017.

Além do mais, isso tem um impacto em relação ao pequeno produtor, que deixa de ter incentivo para continuar produzindo para vender para os programas de alimentação, como a alimentação escolar e em presídios, enfim, os vários programas presentes na área do desenvolvimento social.

Eu faço este apelo porque isso afeta e atinge os mais pobres, tanto o pequeno produtor quanto quem é beneficiário desses programas, inclusive o da merenda escolar.

Em relação à educação, que é a minha principal área de atuação, a minha principal bandeira, eu faço outro apelo e deixo uma preocupação. O Plano Nacional de Educação, que está para ser cumprido, foi aprovado e tem 10 anos de execução. Muitas das suas metas estão longe de serem atingidas, e isso não é uma coisa deste Governo, que começou a executá-lo, mas enfrenta dificuldades. Olhando o



orçamento da educação de maneira bastante superficial, nota-se que as despesas discricionárias com educação caíram 30% nessa proposta apresentada, caíram de 27,9 bilhões de reais para 23,6 bilhões de reais. Quando olhamos a parte específica de obras, nossa preocupação é em relação aos investimentos, que de 5,9 bilhões de reais caíram para 3,7 bilhões de reais.

Nós aprovamos aqui, Presidente, a vinda do Presidente do FNDE, para tratarmos das creches inacabadas, que são elefantes brancos e cujas obras estão paralisadas na maioria dos nossos Municípios. Sabemos que está sendo construída uma saída legal para isso, porque essas creches inacabadas têm, muitas vezes, relação com prefeitos que já deixaram o cargo há muito tempo, com problemas de organização financeira dos Municípios ou até dificuldades do ponto de vista de gestão. Mas as obras estão lá e precisam ser finalizadas. Houve dinheiro público investido e há crianças estudando embaixo de árvore ou em casinhas inadequadas.

Então, este apelo em relação ao investimento se dá por conta da minha preocupação com as obras de creches e instituições de ensino superior que estão paralisadas. Além disso, há um Plano de Ações Articuladas — PAR aberto para novas solicitações.

Eu sei que o Governo Federal vinha investindo muito mais do que o mínimo constitucional de 18%. Por vários anos houve um investimento de 22%, de 23%. Mas penso que esse ajuste para se chegar ao mínimo de 18% não pode ser feito de maneira tão abrupta. Estou vendo o Jorge mexer a cabeça, mas digo que estou trabalhando com os dados que recebi e com a preocupação que tenho em relação à questão da ponta, entendendo que a União tem um papel redistributivo e um regime de colaboração com Estados e Municípios.

A educação básica hoje abriga quase 50 milhões de alunos e é o que acreditamos que faz diferença na vida das pessoas no sentido de lhes dar chance de uma posição diferente na vida.

No mais, quero colocar-me à disposição. Sou Relatora da Área de Fazenda e Planejamento, a mesma de V.Exa., e, assim que possível, eu gostaria de conversar.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - A nossa Relatora poderia ter pedido por nós também, não é? (*Risos.*)



O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos aproveitar a Relatora Setorial para corrigir e ampliar os recursos para a educação.

V.Exa. encerrou, Relatora? (*Pausa.*) Cumprimento V.Exa.

Vou fazer uma proposta aqui. Nós ouviremos ainda a Senadora Lúcia Vânia e o Deputado João Carlos Bacelar. Quem sabe poderíamos ouvir todos e, então, com a capacidade de síntese que o Ministro tem, encerrar, porque já estamos com quase 2 horas, ou melhor, com quase 3 horas de audiência — já perdi até a noção do tempo da nossa audiência. Mas, de qualquer sorte, se houver concordância, nós procederemos assim.

Ouviremos agora, então, o Deputado João Arruda.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e também o nosso Relator e agradecer a oportunidade.

Antes que o Senador Ataídes Oliveira saia — eu até ia deixar isso mais para o final — quero falar sobre o Sistema S, porque também tenho uma posição muito forte sobre o debate que devemos travar aqui nesta Comissão sobre esse tema. Já ameaçamos fazer esse debate em diversos momentos, mas nunca o fizemos. Quem sabe seja esta a hora, com a presença do Senador aqui.

Abusos são cometidos dentro do Sistema S. Não digo que isso seja regra geral, pois há nele setores que são muito eficientes, têm grande capacidade de qualificação dos pequenos empreendedores, como é o caso do SEBRAE'. Mas existem pontos do Sistema que precisam ser analisados, e isso poderia nos ajudar.

Eu sei que o alvo da sociedade hoje é a classe política. Mas, se esse alvo fosse o Sistema S, a sociedade verificaria que os abusos que nele são cometidos do ponto de vista de cargos, orçamento, verba de publicidade e campanhas são muito maiores.

Eu fui Relator do SIMPLES Nacional no primeiro turno. Vejo que os mesmos que aqui reivindicam o corte de gastos e o não aumento de impostos estavam brigando comigo por conta do aumento que eu queria colocar na tabela, que prejudicaria a contribuição patronal. Então, há falta de coerência também nessa questão.

Portanto, acho que esta Comissão poderia promover esse debate com consciência. Parabéns pela luta!



As minhas perguntas serão bem objetivas, Ministro Dyogo. V.Exa. diz que a coisa está boa, está bem encaminhada — e nós queremos acreditar que esteja —, mas proibiu o aumento dos salários dos servidores do Executivo. O mesmo não aconteceu com relação ao aumento dos salários servidores do Judiciário e do Legislativo. Se a coisa está tão boa, por que a proibição de aumento do salário dos servidores só do Executivo?

Sobre a priorização do Orçamento, nós não estamos prejudicando a economia e diminuindo o poder de compra com os cortes dos gastos sociais? Aí eu levo em consideração o Bolsa Família, o orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social, o Bolsa Atleta. Enfim, eu sei que já foi feito um ajuste e uma grande economia. Mas esse dinheiro que foi economizado pelo Ministério não foi devolvido a ele, para que fizesse investimentos nessas áreas sociais que aumentam o poder de compra dos brasileiros e conseguem ajudar a economia.

V.Exa. mesmo reforçou aqui que a proposta do Governo é terminar as obras, que não vamos começar obra nova, vamos terminar o que se começou. Mas existem inúmeras obras que estão paradas e que não foram concluídas.

Eu falei aqui do Bolsa Atleta, mas posso falar, por exemplo, dos centros de iniciação desportiva. Em diversas localidades do Paraná, muitos deles estão pela metade ou tiveram concluídos apenas 10%. As empresas estão parando e têm que se desfazer dos trabalhadores, dos pedreiros. Como vamos tocar essas obras daqui para frente? Está tudo parado, a verdade é essa.

Não tenho aqui muita coisa para perguntar por conta da falta de informação do banco de dados, que recebemos somente ontem. Mas seria importante que o senhor fizesse essas considerações.

Sobre as emendas individuais, gostaria de saber se vai haver ajuste ou não no ano que vem, ou se vão ficar só em 11 milhões de reais ou dez milhões de reais e pouco para cada um.

Também queria perguntar sobre o Fundo Partidário, o Fundão, pois vi que alguém comentou sobre ele, no qual 30% é de renúncia das emendas de bancada e o restante é das receitas do programa eleitoral. Eu queria saber se isso está incluído na PEC do Teto ou se vai ficar de fora, porque, daí, vai concorrer com as despesas discricionárias.



Seriam esses os meus questionamentos e as minhas perguntas.

Obrigado, Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a V.Exa. e concedo a palavra ao Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente Senador Dário Berger, Sr. Relator Cacá Leão, Sr. Ministro Dyogo Oliveira, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, primeiramente quero parabenizar a vinda do Ministro a esta Comissão tão importante do Congresso Nacional, para discutir o presente e o futuro do País.

Sr. Ministro, uma das perguntas bem objetivas que eu queria fazer a V.Exa. é sobre a avaliação desse contingenciamento excessivo que está sendo feito no Ministério dos Transportes. Praticamente, o Ministério dos Transportes está inviabilizado não só na implantação, Deputado João Arruda, mas também na manutenção da malha rodoviária brasileira. Estive no Ministério ontem e fiquei boquiaberto, Senador Dário Berger, com o que ouvi dos técnicos sobre o excesso do corte e o contingenciamento.

Hoje um dos grandes gargalos da economia brasileira está exatamente, Deputado Cacá Leão, na logística de distribuição, na logística de escoamento dos nossos produtos, nos corredores de tráfego para exportação.

Pelo que ouvi, Ministro Dyogo, não temos recurso sequer para manter a nossa malha rodoviária. Digo isso como baiano, porque, no meu Estado — que é o Estado também do Relator Cacá Leão, a quem inclusive fiz um apelo hoje para que viéssemos a somar forças para tentar rever essa posição junto ao Presidente da República e junto a V.Exa. —, nós não temos recurso nem para manter a nossa malha rodoviária, que é a segunda maior do Brasil e só perde para o Estado de Minas Gerais. Hoje a situação é de total caos na malha rodoviária brasileira, especialmente no Estado da Bahia, que é muito grande.

Uma das prioridades do Ministro Maurício Quintella tem sido a duplicação da BR-101, exatamente onde a Bahia tem um hiato. A BR-101, até a divisa com o Espírito Santo, está duplicada e concedida em parte; depois, na Bahia, está praticamente isolada; quando pula para Sergipe — Estado do nobre Deputado Andre Moura, Líder do Governo no Congresso Nacional e que se encontra aqui, — está



sendo duplicada, com toda a necessidade que o Estado de Sergipe tem; depois sobe para o Estado de Alagoas e o Estado de Pernambuco, onde também está sendo duplicada.

A Bahia só tem 3% de execução dos contratos firmados e contratados. Hoje há esse hiato no Estado, e não sabemos como vamos nos posicionar. Eu sei que, quando eu retornar à minha querida Bahia, a primeira pergunta que os prefeitos e as lideranças econômicas, empresariais e políticas vão fazer é: *“Deputado, como é que fica a Bahia? Será que agora, com a posição do Deputado Cacá Leão e com a posição de V.Exa. na Comissão de Orçamento, vamos continuar deixando a BR-101 paralisada?”*

Então, Ministro, uma das perguntas que faço a V.Exa. é a seguinte: como podemos rever esse contingenciamento excessivo que foi feito no Ministério dos Transportes? Não podemos deixar que a logística brasileira seja prejudicada, até porque o equilíbrio econômico da nossa balança de exportação depende da logística de transporte, que é a ferrovia e as rodovias, para o transporte de grãos e de minérios produzidos no nosso País, a riqueza mineral do nosso País. Então, tenho essa grande pergunta para V.Exa., que queria que fosse esclarecida aqui.

Também quero parabenizar o Governo pela não inclusão do Aeroporto de Congonhas nas concessões. Eu sempre fui muito crítico ao excesso de concessões de aeroportos brasileiros, até porque eu acho que o Estado tem que ser indutor do desenvolvimento.

A partir do momento, Deputado Cacá Leão, que pegamos o aeroporto mais rentável do País, que é o Aeroporto de Congonhas, e o colocamos num pacote de concessão, estamos criando um desequilíbrio, até porque o Governo precisa definir se vai manter a INFRAERO ou se vai conceder a INFRAERO.

Se o Governo mantiver a INFRAERO, será preciso que o Aeroporto de Congonhas seja analisado como um aeroporto de capitalização, de receita da empresa, para ela pagar os aeroportos mais deficitários e que não têm receita à altura dos de São Paulo.

Se o Governo decidir acabar com a INFRAERO, o Aeroporto de Congonhas também não poderá ser posto isoladamente, porque isso desequilibrará o bloco de concessões, Senador Dário Berger. Há um aeroporto deficitário lá em cima, no



Norte, que precisa de um aeroporto superavitário para equilibrar o bloco de concessão.

Então, na minha visão como engenheiro e estudioso do setor de transporte brasileiro, o Aeroporto de Congonhas nunca poderia estar no pacote de concessões — com a INFRAERO ou sem a INFRAERO — em virtude dessas duas posições que coloquei aqui.

Então, quero parabenizar o Governo na figura do Ministro do Planejamento, o Dyogo Oliveira, pela retirada do Aeroporto de Congonhas do pacote de concessões no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradecemos ao Deputado Bacelar.

Passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Sr. Ministro, que, juntamente com toda a equipe econômica, tem feito um trabalho digno de respeito de todos os brasileiros. A recuperação econômica do País traz, sem dúvida nenhuma, um momento de muita alegria para todos nós.

Mas, Sr. Ministro, eu gostaria de reforçar um pouco o que o Deputado Bacelar já disse em relação à recuperação de rodovias. Há aqui um projeto de lei suplementar que retira recursos da recuperação de rodovias deste ano. Eu acho isso muito ruim porque, até a vigência do Orçamento do próximo ano, estradas estarão em estado de calamidade.

Eu estive com V.Exa., para falar sobre a BR-153, e fiquei assustada quando soube da retirada de recursos para recuperação de estradas, principalmente do Estado de Goiás. Eu tentei, através de emendas, fazer essa recomposição.

Em relação ao Orçamento deste ano — é óbvio que eu ainda não tive acesso a tudo —, pude ver a área social. Acredito que V.Exa. fez um esforço enorme no sentido de fazer essa recomposição. E acho que essa área da assistência social, que conheço bastante, foi recomposta na medida do possível.



Eu tenho um reparo a fazer quanto à erradicação do trabalho infantil, pois acredito que o corte não é bom. Mas agora compete a esta Casa, na Comissão de Orçamento, fazer o ajuste necessário.

Acredito que a recomposição já nos deu grandes condições de fazer um bom trabalho. Esta Casa tem a responsabilidade de fazer alguns ajustes pontuais. É o que nós faremos, naturalmente levando em conta o teto de gastos, toda a preocupação da equipe ao fazer a recomposição.

Mas eu quero parabenizá-lo porque acredito que, pelo menos na área social, a recomposição foi equilibrada — como eu disse, com pequenos ajustes que terão que ser feitos.

No mais, quero agradecer a presença de V.Exa. e dizer da satisfação de ver o País no rumo certo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço à distinta Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Educação, que nos honra com a sua presença aqui, ao indagar o nosso Ministro, a quem vou conceder a palavra.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Sr. Presidente, eu vou tentar sintetizar as perguntas.

A Deputada Rosângela, a Deputada Dorinha e o Deputado João Arruda mencionaram a questão dos programas sociais.

O que acontece? Nós fizemos uma recomposição muito importante na área social nesta Mensagem Modificativa. Basicamente, no Ministério do Desenvolvimento Social, no Ministério do Trabalho e na Secretaria Especial de Agricultura Familiar, houve uma boa recomposição.

Então, nas palavras da Senadora Lúcia Vânia, o Congresso, esta Comissão terá, a meu ver, um material bom para trabalhar. Mas esta é a nossa realidade agora. Nós temos que fazer escolhas.

Os Deputados João Carlos e João Arruda também mencionaram a parte da infraestrutura. Tem que haver um equilíbrio entre as diversas atividades do Governo, para o qual não há nenhuma atividade desnecessária. Uma rodovia, uma ferrovia, uma ponte, uma obra social, um programa de educação, tudo isso é importante e precisa ser feito.



Nós fizemos uma proposta que, ao nosso julgamento, está muito equilibrada com as dificuldades existentes, de que uma parte do Orçamento, que são as despesas obrigatórias, cresça o dobro do limite.

Se a Previdência cresce 6%, e, como o conjunto tem que crescer 3%, é evidente que a outra parte não vai poder crescer 3%. Há, portanto, uma parte que está comendo o orçamento das outras. Ela se chama Previdência.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Permite-me só 1 minuto, Sr. Presidente?

Qual é a prioridade do Governo? O Governo está deixando a desejar em diversas áreas e está focando — pelo menos, como diz publicamente — outras áreas. Eu acho que estamos dando tiro para todo lado, e não existe uma prioridade. Qual a prioridade do Governo? O que o Ministro do Planejamento pode nos dizer?

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - O que nós procuramos fazer, Deputado, foi manter o funcionamento dos programas sociais num nível bom. Então, nós colocamos recursos suficientes para os programas sociais funcionarem nesse nível.

Além disso, na área de infraestrutura, mantivemos as obras em andamento, particularmente as mais importantes do Governo, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, as rodovias e ferrovias. Foi alocado recurso suficiente para manter as obras em andamento e evitar uma paralisação adicional. No Governo passado, foi lançada uma quantidade enorme de obras. Muitas começaram, mas não havia base orçamentária para isso. Então, hoje nós temos esse problema, que, aos poucos, vai sendo corrigido. Mas também não é possível, como disse a Deputada Dorinha, corrigir tudo da noite para o dia. Esse ajuste vai sendo feito ao longo do tempo.

O Deputado João Arruda mencionou algumas coisas que eu gostaria de particularizar. Quanto à questão do Legislativo e do Judiciário, a decisão é de cada Poder. Eles poderiam também ter a mesma atitude, o que pouparia recursos para todas as áreas finalísticas do Governo.

Qual é o problema do Governo no Executivo? Essa despesa extrapola o teto de gastos. Então, não é possível fazer nada. Eu tenho explicado isso. Não é que nós estejamos culpabilizando o servidor público pela crise fiscal. Houve um reajuste este ano, de 6% em média, e a inflação vai ser menos de 3%. Então, não vemos que seja



uma grande crise adiarmos o reajuste do ano que vem, que seria de mais 6% para uma inflação prevista de 4% de novo.

Então, há possibilidade de adiamento do reajuste dos servidores. Estamos falando principalmente das carreiras de alta remuneração do Governo, que ganham acima de 15 mil reais por mês. Com o aumento que esses servidores tiveram este ano, acredito que podem ultrapassar o ano que vem sem sofrer grandes perdas.

O Legislativo e o Judiciário de fato poderiam acompanhar esse movimento, o que ajudaria enormemente o orçamento dos próprios Poderes, porque essa despesa sai, na verdade, do orçamento de cada Poder.

O senhor perguntou sobre a questão das emendas. Não há alteração entre a proposta original do PLOA e a da Mensagem Modificativa, porque a referência das emendas agora tem como base a inflação deste ano, que vai dar a base do ano que vem. Isso não mudou de lá para cá. Portanto, em relação à proposta original, o limite de emendas para o próximo ano é o mesmo na proposta modificativa.

O Fundo Partidário nós já mencionamos. Ele será constituído com recursos das emendas e com eventual receita do cancelamento do benefício fiscal das empresas de comunicação. Mas isso deverá ser feito aqui na Comissão, recompondo esse orçamento.

O Deputado Bacelar pergunta sobre o contingenciamento, na verdade, não de 2018, mas de 2017, na área de transporte. Nós temos a expectativa, Deputado, de que, na próxima revisão bimestral, haja uma ampliação dos limites dos órgãos. Evidentemente, temos sempre buscado manter os recursos necessários para o Ministério dos Transportes. E ele também será contemplado nesse processo de descontingenciamento que estamos acreditando que ocorrerá, aliás, ainda este mês.

Então, pode haver alguma recomposição. Mas precisamos sempre dizer que a nossa capacidade é reduzida dadas as condições fiscais do País.

Já encerramos, Sr. Presidente? Há mais inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Então, eu queria agradecer mais uma vez a todos os membros da Comissão pela participação e ao Presidente pela oportunidade desta audiência.

Muito obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Vamos passar ao encerramento e aos agradecimentos.

Agradeço, de maneira especial, o comparecimento do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dr. Dyogo Oliveira. Também agradeço ao Dr. George Alberto de Aguiar Soares e a toda a equipe técnica do Ministério do Planejamento; ao Deputado Federal Cacá Leão, Relator-Geral do Orçamento; ao Senador Ataídes Oliveira, Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária de 2018; a todos os Parlamentares que participaram desta audiência pública; e aos nossos colaboradores e assessores.

Declaro encerrada a nossa reunião.